

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**Desafios Familiares:
Parentalidade adoptiva e parentalidade biológica**

MARTA ISABEL DOS SANTOS NUNES

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Psicologia clínica e da Saúde
Núcleo Psicologia Clínica Sistémica)**

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Desafios Familiares:
Parentalidade adoptiva e parentalidade biológica

MARTA ISABEL DOS SANTOS NUNES

DISSERTAÇÃO ORIENTADA PELA
PROFESSORA DOUTORA MARIA TERESA RIBEIRO

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Psicologia clínica e da Saúde
Núcleo Psicologia Clínica Sistémica)

2008

Resumo

O conhecimento sobre as diferenças e proximidades da parentalidade adoptiva e biológica, tem já algum desenvolvimento ao nível da literatura internacional; no entanto, a mesma situação não se verifica no contexto Português.

A presente dissertação deriva de um estudo exploratório e comparativo, que almeja compreender a forma como se expressam e se relacionam variáveis da parentalidade (Estilos Parentais e Aliança Parental) e variáveis familiares (Coesão e Adaptabilidade Familiar), em famílias biológicas e adoptivas, na realidade portuguesa. A investigação utilizou uma amostra de 179 indivíduos, destes, 75 são pais adoptivos e 104 são pais biológicos. Recorreu-se ao Inventário de Aliança Parental (IAP) (Abidin & Brunner, 1995) e ao Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP – versão reduzida) (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995, 2001) , para a medição das variáveis da parentalidade e à Escala de avaliação da adaptabilidade e coesão familiar II (FACES II) (Olson, Portner & Bell, 1982, 1992) para observar a distribuição das variáveis familiares.

Os resultados encontrados apontam para a não diferenciação entre famílias adoptivas e famílias biológicas, no que respeita à parentalidade e vivência familiar. São apontadas algumas limitações a este estudo e lançam-se hipóteses para investigação futura.

(Palavras chave: Famílias Adoptivas, Famílias Biológicas; Estilos Parentais, Aliança Parental, Coesão e Adaptabilidade Familiar)

Abstract

The knowledge about the differences and commonalities of adoptive and biological parenting, has some development at international literature; however in the Portuguese context, we can't observe this situation.

The present dissertation derives from an exploratory and comparative study that pretends to understand the ways of expression and relation of parenting variables (parenting styles and parental alliance) and family variables (family cohesion and adaptability) in biological and adoptive families, at the Portuguese reality. The investigation used a sample of 179 individuals, 75 of them are adoptive parents and 104 are biological parents. We used the Parental Alliance Inventory (PAI) (Abidin & Brunner, 1995) and the Parenting Styles & Dimensions Questionnaire (PSDQ – Short version) (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995, 2001) to measure the parenting variables and the Family Adaptability and Cohesion Scale II (FACES II) (Olson, Portner & Bell, 1982, 1992), to observe the distribution of family variables.

The results point to a non-differentiation between adoptive and biological families in what concerns to parenting and family life. This study has some limitations noted down and a few hypothesis where drawn for future research.

(Keywords; Adoptive Families, Biological Families, Parenting Styles, Parental Alliance, Cohesion and Family Adaptability)

Agradecimentos

Um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, pela singular combinação da formalidade inerente e necessária ao rigor científico com a proximidade apoiante, necessária à motivação de qualquer orientando.

Um agradecimento, também, à Professora Doutora Isabel Narciso Davide e às técnicas do serviço de adopção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que através da supervisão de estágio, tanto me esclareceram acerca da temática da adopção.

Um agradecimento aos colegas com quem tive o privilégio de partilhar ideias e trabalho.

Agradecer também a Professora Doutora Ana Ferreira, pela disponibilidade e auxílio no tratamento estatístico dos dados.

Não posso deixar de incluir, nesta secção de agradecimentos, todos os amigos que de forma especial e apoiante acompanharam este processo.

Um agradecimento muito especial ao João, pela troca de ideias, pela preciosa e contínua ajuda na realização deste trabalho, pela motivação nos momentos mais desgastantes, pelo carinho ...

Um último, precioso e muito grande OBRIGADA, aos meus pais e irmão, simplesmente porque estão na minha vida...

Porque foram e serão as minhas guias estruturantes do caminho futuro.

Índice

	Pg.
Introdução.....	1
I. Enquadramento conceptual (revisão de literatura)	
I.1 Uma escola para fazer pessoas: Parentalidade (biológica e adoptiva).....	2
I. 1.1 Se a mãe não deixa, o pai também não! (Ou será que posso tentar?!) (Aliança Parental).....	5
I. 1.2 Os nossos filhos educamo-los nós! (Estilos Parentais).....	8
I.2 Lá em casa o dia-a-dia vive-se assim... (Adaptabilidade e Coesão Familiar).....	11
II. Objectivos	
Gerais.....	14
Específicos.....	15
III. Mapa Conceptual.....	17
IV. Enquadramento Metodológico	
IV. 1 Selecção da amostra.....	18
IV. 1.2 Instrumentos	
IAP	22
QDEP.....	23
FACES II	24
IV. 1.4. Procedimentos.....	25
V. Análise dos resultados.....	28
VI. Discussão de Resultados.....	43
VII. Conclusão.....	49
VIII. Bibliografia	
IX. Anexos	

Índice de Figuras e Quadros

Figuras

Figura 1: Mapa Conceptual.....	Pg. 17
Figura 2: Médias e percentagens da variável “Aliança Parental” nas amostras em estudo	Pg. 29
Figura 3: Médias e percentagens da variável “Estilos parentais” nas amostras em estudo.....	Pg. 30
Figura 4: Médias e percentagens da relação entre variáveis “Estilos Parentais” e “Aliança Parental”, nas amostras em estudo.....	Pg. 32
Figura 5: Distribuição (médias e percentagens) da variável “Aliança Parental”, segundo o sexo dos respondentes, das amostras em estudo	Pg. 33
Figura 6: Distribuição (médias e percentagens) da variável “Estilos Parentais”, segundo o sexo dos respondentes, das amostras em estudo.....	Pg. 35
Figura 7: Distribuição (médias e percentagens) das amostras em estudo, segundo a variável “Tipologia Familiar”	Pg. 37
Figura 8: Distribuição (médias e percentagens) dos níveis de “Aliança Parental”, nas diferentes tipologias familiares, das amostras em estudo.....	Pg. 40
Figura 9: Distribuição (médias e percentagens) das amostras em estudo, segundo “Estilos Parentais”, nas diferentes tipologias familiares.....	Pg. 42

Quadros

Quadro 1: Caracterização das amostras “Famílias Adoptivas” e “Famílias Biológicas”	Pg. 20
Quadro 2: Médias das variáveis “Idade” e “Tempo de Casamento”	Pg. 22
Quadro 3: Teste da distribuição da normalidade das variáveis familiares e parentais	Pg. 27
Quadro 4: Comparação de “Aliança Parental” nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”	Pg. 28
Quadro 5: Comparação de “Estilos parentais” nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”	Pg. 30

Quadro 6: Diferença entre sexos na variável “Aliança Parental”, nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”	Pg. 33
Quadro 7: Diferença entre sexos na variável “Estilos Parentais”, nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”	Pg. 34
Quadro 8: Diferenças da Tipologia Familiar nas amostras em Estudo.....	Pg. 36
Quadro 9: Distribuição dos indivíduos, segundo a tipologia familiar, nas amostras em estudo.....	Pg. 36
Quadro 10: Relação das variáveis “Aliança Parental” e “Tipologia Familiar”	Pg.38
Quadro 11: Variação da “Aliança Parental”, segundo a “Tipologia Familiar”, nas amostras em estudo	Pg. 39
Quadro 12: Distribuição das médias, da dimensão “Autoritativo” (Próprio e Outro), das amostras em estudo, segundo a tipologia familiar.....	Pg. 41
Quadro 13: Variação dos “Estilos Parentais”, segundo a “Tipologia Familiar”, nas amostras em estudo.....	Pg. 41

Introdução

Família... “espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção (...) espaço de vivência de relações afectivas profundas (...) trama de emoções e afectos (...) vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos...” (Alarcão, 2006, pg. 37); “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (Sampaio, citado por Sampaio & Gameiro, 1985, pg. 11 -12). A tese de mestrado, que se projecta no presente trabalho, vai mais além daquilo que formalmente pode significar ou representar. Não se trata, somente, de mais um trabalho académico, que permite finalizar o recente elaborado, plano de estudos do Mestrado Integrado em Psicologia; surgiu antes, como forma de resposta à curiosidade pessoal, académica e científica que nos suscitam os temas em estudo. No início deste parágrafo estão transcritas duas definições de família, escolhidas, a primeira por se aproximar bastante a uma ideia mais pessoal e informal que temos sobre este conceito, a segunda por espelhar parte da teia de conhecimentos científicos que temos vindo a adquirir, ao longo do percurso de estudo desta realidade que é a família.

Para além de abordar o tema na sua generalidade, a presente dissertação, debruça-se especificamente sobre um dos sub-sistemas da família – o sub-sistema parental, e fá-lo sob o ponto de vista de duas realidades distintas – a parentalidade biológica e a parentalidade adoptiva. Parece, por isto pertinente, abordar ainda que de forma breve, as particularidades que as distinguem e as que as aproximam. Particularmente no que diz respeito à literatura científica que existe acerca do tema Adopção, nas várias perspectivas em que pode ser abordado, poucos são os estudos que o fazem do ponto de vista dos adoptantes (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991); por este motivo a presente investigação surge como um contributo para um conhecimento mais detalhado acerca desta temática, pretendendo ser inovadora, uma vez que a analisa no contexto da realidade portuguesa, onde se constata uma, ainda maior, escassez deste tipo informação científica.

I. Enquadramento conceptual (revisão de literatura)

1.1 Uma escola para fazer pessoas: Parentalidade (biológica e adoptiva)

A designação que intitula este apartado é uma expressão utilizada por Virgínia Satir (citado por Alarcão, 2006, pg. 142) para ilustrar o desafio que é ser-se Pai e ser-se Mãe.

De facto quando surge uma criança, no seio da vida familiar, surge com ela toda uma alteração, que surte efeito nas dinâmicas e estrutura da família. São gerados novos papéis, que induzem novos estatutos, obrigando o casal a reorganizar-se, de modo a que os ajustes (constantes), conduzam novamente a um estado de equilíbrio que assegure a continuidade “saudável” do sistema, agora com um novo elemento. Se isto é uma verdade e é um movimento importante para as famílias biológicas, que têm que se ajustar a um novo membro que integra o sistema, tanto mais o é para as famílias adoptivas, para quem este exercício tem que ser feito de parte a parte, de forma a que haja uma adaptação, o mais harmoniosa e adequada possível, das vivências e dinâmicas, quer de adoptantes, quer de adoptados. É importante considerar que, especificamente neste tipo de famílias, e precisamente porque a maior parte das crianças, propostas para adopção, provêm de sistemas familiares desestruturados, onde predominam modelos de funcionamento pautados por práticas desajustadas, toma bastante relevância o exercício da autoridade parental, com regras bem definidas, assentes em valores claros e veiculadas por uma comunicação funcional (Alarcão, 2006), alicerçadas, contudo, numa base firme de afecto, que permita o desenvolvimento do sentimento de vinculação e segurança, que estas crianças tanto procuram.

Não perdemos de vista que a adopção, para além ser uma das vias que permite a concretização do desejo de se ser pai e mãe, é antes de mais uma forma de servir o superior interesse da criança. Contudo para que a adopção seja boa para a criança e para que esta se sinta feliz na sua família, é indispensável que os adultos que aceitaram recebê-la, se sintam felizes com a sua presença (Diniz, 2003). Apesar da maior parte das tarefas experienciadas por famílias adoptivas serem similares às verificadas em famílias não adoptivas, há assuntos específicos com que se confrontam os pais adoptivos e as suas crianças, em cada estágio do ciclo de vida da família (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Os principais temas que as distinguem, dizem respeito à decisão de adoptar, ao ajustamento inicial à parentalidade adoptiva, às conversas sobre adopção com os filhos; relacionam-se também com apoio à curiosidade dos filhos sobre a família biológica,

ajudá-los a lidar com as perdas relacionadas com a situação da adoção, promover uma visão positiva sobre as suas origens, fomentar uma imagem de si e uma identidade positivas na criança com relação à adoção e por vezes, sobretudo, na adolescência, prestar apoio na decisão da busca da família de origem (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

O primeiro estágio do ciclo de vida da família, em que se abordam as especificidades da adoção, relaciona-se com a própria decisão de adoptar. A maior parte dos pais adoptivos são casais com dificuldades ao nível da fertilidade, que se deparam na generalidade dos casos com um diagnóstico médico, que determina a impossibilidade da geração de um filho biológico e esta é uma situação que origina stress, sofrimento e dor, para a grande maioria destes indivíduos. Segundo Brodzinsky (citado por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), por complicado que seja, a via mais adequada de fazer o luto desta situação é tentar integrá-la, de uma forma saudável e funcional, como uma característica pessoal. Outra situação que distingue os dois tipos de parentalidade é a preparação para o início desta etapa; só aos pais adoptivos é requerida uma aprovação de outrém (geralmente serviços técnicos de adoção) para poderem gozar da possibilidade de ter um filho, o tempo de espera para a realização deste desejo é indeterminado e a passagem, em si, para a parentalidade é abrupta, podendo não existir um envolvimento gradual com o papel parental, situação que não acontece com os casais que têm filhos biológicos (Schechter, citado por Levy- Shiff, Goldshmidt, Har-Even, 1991); apesar de integrada a criança, os adoptantes não têm como garantida a sua permanência, sabendo que por mínima que seja, existe a hipótese do período de pré-adoção ser interrompido devido a uma má adaptação (Levy- Shiff, Goldshmidt, Har-Even, 1991); para além disto a adoção é, ainda hoje, razão de estigma por parte da sociedade, que vê esta realidade como uma “segunda melhor” via para a parentalidade, sendo esta perspectiva muitas vezes partilhada pelos membros da família alargada do casal, dificultando as relações de apoio; ainda na fase de preparação, as famílias adoptivas vêm-se com menos modelos, desta forma de parentalidade, a quem pedir apoio e apresentar questões relacionadas com a especificidade da situação partilhada¹. Apesar de todas estas constatações que podem resultar em dificuldades para o casal, há também outras especificidades que podem proporcionar a facilitação do processo

¹ Especificamente o Serviço de Adoção, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, leva a cabo sessões de formação sobre parentalidade adoptiva e num destes encontros é convidado um casal adoptante, para partilhar a sua experiência, as dificuldades sentidas, as estratégias encontradas, para esclarecerem questões dos candidatos em formação.

parental. Os casais adoptantes são geralmente mais velhos que os pais biológicos, quando são pais pela primeira vez, apontando este facto, para a existência de uma situação financeira e profissional, à partida, mais segura; na generalidade, são casais que partilham o relacionamento há mais tempo, o que poderá estar associado a um maior grau de sensibilidade conjugal, melhor comunicação e gestão mais eficaz de situações de stress (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002); por outro lado, o longo período de frustração e sofrimento por que passam estes indivíduos, derivado às tentativas sem sucesso de gravidez, leva a que, associada à integração de uma criança no seu seio familiar, surjam sentimentos de capacitação e preenchimento emocional, que por sua vez funcionarão como factor protector ao enfrentarem e lidarem com o stress vivido nos primeiros tempos de integração da criança; todo o processo de estudo, informação e formação por que têm de passar, representa uma preparação mais formal para a parentalidade, a que os pais biológicos geralmente não acedem.

A parentalidade no período pré-escolar, no caso das famílias adoptivas, está caracterizada pelo inicio das conversações mais diferenciadas sobre o tema adopção, e acarreta por isso uma série de implicações relacionadas, sobretudo, com forma como os pais gerem a transmissão das mensagens relativas ao tema.

As crianças no período escolar, devido à maior compreensão de temas como a reprodução, o nascimento e a constituição familiar, elaboram ainda mais a suas concertações acerca da sua situação específica de vida. Aos pais coloca-se, então, um desafio: é necessário que aceitem que o seu filho esteja ligado a duas famílias e que a vida da família adoptiva, por muito que se assemelhe à vida de famílias não adoptivas, tem aspectos únicos, que dão um colorido aos padrões de ajustamento das relações familiares; só assim poderão proporcionar um ambiente familiar capaz de apoiar a criança nas suas buscas e descobertas, nas suas dúvidas, no seu sofrimento, no luto das suas perdas, sem que isto interfira de forma negativa no ajustamento da família.

Na fase da adolescência, a emergência do pensamento abstracto, leva os adolescentes a pensarem a sua adopção do ponto de vista biológico, relacional, sociocultural e legal; outra elaboração que se verifica nesta altura é a integração do passado no presente e a imaginação do futuro, que é, geralmente, tarefa mais complicada para o adolescente adoptado (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Aos pais, nesta fase de vida dos seus filhos, pede-se-lhes novamente que reconheçam esta sede de informação e as tentativas de integração da mesma, como sendo um interesse e uma necessidade normal e esperada por parte dos mesmos.

Apesar destas especificidades, que devem naturalmente ser identificadas e integradas pelas famílias adotivas, a grande parte dos pais adotivos, principalmente os que são pais biológicos em simultâneo, não vêem diferenças na generalidade das práticas parentais e dos comportamentos de seus filhos. Neste sentido, como escreveu Palacios (citado por Azevedo & Moura, 2000, pg. 43) “*A adoção é tanto uma coisa como a outra: tensões e satisfações, esforços e recompensas, preocupações e alegrias. Algo que também se pode dizer relativamente à vida familiar em circunstâncias não adotivas: que não é um leito de rosas, mas tão pouco é um campo de minas*”.

No desenvolvimento de qualquer tipo de sistema familiar participam uma série de variáveis, que tecem o equilíbrio e a sustentabilidade dos mesmos. Os diversos estudos desta área permitem-nos perceber a singular importância de cada uma delas e a interessante implicação circular entre as mesmas; torna-se muitas vezes difícil perceber que variáveis pesam mais no desenrolar dos acontecimentos, e por isso entendemos que as situações ao longo do ciclo de vida da família são despoletadas, sustentadas e resolvidas pela sua inter-relação. Lancemos um olhar de revisão a algumas destas variáveis e posteriormente analisaremos seu comportamento nas amostras em estudo.

I. 1.1 *Se a mãe não deixa, o pai também não! (Ou será que posso tentar?!)* **(Aliança Parental)**

Esta é uma frase que pode ser dita ou pensada, por uma criança quando faz um pedido, no caso, à mãe/ figura materna. Uma vez não atendida no seu pedido, pode resignar-se ou tentar que a outra parte ceda ao mesmo. Este exemplo é uma das formas utilizadas pelas crianças para tentarem obter algo que pretendem. Apesar de não o saberem, esta “tentativa” constitui uma forma relativamente comum de testar a *Aliança Parental*. Este conceito foi definido por Weissman e Cohen em 1985 (citado por Konold & Abidin, 2001), para descrever a parte da relação conjugal que diz respeito à parentalidade e à educação dos filhos (Konold & Abidin, 2001). Esta variável da parentalidade inicia-se antes da chegada da criança e dela procedem as relações diádicas da maternidade e paternidade. Segundo os mesmos autores, para que a aliança parental seja estabelecida é necessário que estejam reunidas algumas condições, como o facto de que ambos mãe e pai invistam na criança, cada um deles valorize o envolvimento do outro para com a criança, haja respeito pelos julgamentos/decisões do outro elemento, e

que cada um deles queira realmente comunicar com o outro (Weissman & Cohen, cit. por Konold & Abidin, 2001). Assim sendo, a aliança parental permite aferir o grau de compromisso e cooperação entre marido e mulher, na educação dos filhos (Abidin & Brunner, 1995) e permite, ainda, “suavizar” o desgaste que implicam as tarefas da parentalidade e que, eventualmente, poderiam levar a disfunções comportamentais e da auto-estima. A aliança parental começa por ser sentida como uma posição pessoal de cada um dos cônjuges para enfrentar o futuro e, com o passar do tempo e das experiências de parentalidade, torna-se parte integrante da história pessoal de cada um. O sentimento de partilha da parentalidade evidencia que a aliança parental não termina, necessariamente, com o eventual fim da relação conjugal.

Os autores do conceito esclarecem que em diferentes áreas da vida familiar, o estabelecimento de uma aliança parental, caracterizada pela sua consistência e durabilidade, assume uma importância que chega mesmo a permitir prever o sucesso do crescimento e formação pessoal da criança. Em casos de famílias em que predominam os conflitos conjugais ou mesmo em casais separados e divorciados, a associação destes factos com os comportamentos problemáticos das crianças, é fraca (O’Leary citado por Abidin & Brunner, 1995). Torna-se então evidente, que uma forte aliança parental permite assegurar um crescimento estruturado da criança (Weissman & Cohen, cit. por Abidin & Brunner, 1995). Isto ocorre de tal forma que se pode afirmar que o conflito conjugal em si, não é a principal causa dos desajustamentos que se verificam nos filhos destas famílias, mas antes o constituem as incongruências parentais e/ou as faltas de concordância entre cônjuges relativamente a questões relacionadas com a parentalidade (Fauber, Forehand, Thomas & Wierson, citado por Abidin & Brunner, 1995). Abidin (1992) inclui no seu modelo dos determinantes do comportamento parental, a aliança parental, em detrimento da satisfação conjugal, como uma das melhores variáveis preditoras deste comportamento. Para tal baseia-se em estudos (Belsky et al., 1986; Emery, 1988, citado por Abidin, 1992) que comprovam que a satisfação conjugal não permite prever as práticas parentais e que, ao contrário, a aliança parental é um bom indicador preditivo (Abidin, 1992). Por outro lado Goldberg e Easterbrooks (citado por Abidin & Brunner, 1995) sugerem que a influência que se estabelece entre a qualidade conjugal, a parentalidade e o comportamento da criança, é complexa, bidirecional e circular. Por isto cada uma destas dimensões implica-se entre si e cada uma delas têm um contributo único na caracterização e no estabelecimento da aliança parental que, por

sua vez, assume um peso importante na qualidade conjugal, na qualidade do desempenho parental e nos ajustamentos desenvolvimentais da criança.

No caso da adopção as crianças que integram este projecto, provêm de famílias onde a aliança parental é geralmente bastante desadequada ou nem tão pouco existe, pelo simples facto de que muitas vezes está presente, na sua vida, apenas um dos progenitores ou nenhum deles, sendo as directrizes e tarefas parentais levadas a cabo por outros familiares (avós, tios, irmãos mais velhos e outros). Após serem retiradas a estas famílias, também na instituição, não têm como poder identificar quaisquer figuras parentais, por isto aliança parental é algo que não faz parte dos seus esquemas vivenciais. Cabe aos adoptantes a, muitas vezes, difícil, mas importante tarefa, de assumirem com firmeza esta dimensão da parentalidade.

Interessante, também, é a análise da forma como homens e mulheres percebem este compromisso de cooperação, no que diz respeito a assuntos parentais. O estudo de Cleary e Cookston (2003) evidencia a existência de diferenças nas percepções de homens e mulheres em relação à aliança parental e descreve algumas implicações que este facto provoca na satisfação conjugal. No presente estudo analisar-se-á a possível influência do género na variável em questão.

A Aliança Parental, muitas vezes, influencia e é influenciada por outra variável da dimensão parentalidade – os Estilos Parentais. Segundo O'Brien & Peyton (2002) muitas vezes os casais, não têm em conta que os estilos parentais que cada um tem interiorizados, antes de ter filhos, são diferentes e esta diferença pode ter o seu peso na percepção do apoio do cônjuge, no que diz respeito às tarefas parentais e na própria consistência da aliança, uma vez que o grau de acordo entre os dois estará condicionado. Assim sendo, parece-nos importante analisar a forma como se correlacionam estas duas variáveis, no presente estudo.

I. 1.2 Os nossos filhos educamo-los nós! (Estilos Parentais)

“A parentalidade é porventura a tarefa mais desafiante da vida adulta e os pais constituem uma das influências mais cruciais na vida dos seus filhos” (Cruz, 2005).

Os estilos parentais² são uma variável bastante estudada dentro do tema parentalidade e assim o é, provavelmente, devido à importância fulcral que têm na direcção que toma o desenvolvimento de uma criança. Vários foram os autores que se debruçaram sobre o tema, de forma mais ou menos sistemática (Baldwin; Sears, Maccoby & Levine; Becker; Schaeffer, citado por Cruz, 2005), e em finais dos anos 50, Diana Baumrind e seus colaboradores, partindo destes estudos anteriores, iniciaram uma série de investigações que resultaram num importante contributo para o desenvolvimento e compreensão da temática. Em 1971, a autora publicou o resultado de um estudo longitudinal, em que as famílias foram classificadas segundo os estilos parentais seguidamente descritos:

Estilo Autoritário: Tendência para influenciar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes da criança, de acordo com um conjunto *standard* de condutas de carácter absoluto, com uma motivação de base teológica e formulado por uma autoridade; são valorizados a obediência, a punição e as medidas de força, no sentido de condicionar as vontades, acções e crenças da criança; são promovidos, o respeito pela autoridade e pela preservação das estruturas tradicionais, da ordem; não são encorajadas as trocas verbais, sendo que a criança deve aceitar como certo o que lhe é dito pela figura parental (Baumrind, 1971).

Estilo Autoritativo: Tendência para direccionar as actividades da criança de uma forma racional; encorajam-se as trocas verbais e explica-se à criança o raciocínio que sustenta as decisões tomadas; valorizam-se os atributos instrumentais e expressivos, a vontade própria; actua-se com firmeza em situações de divergência, mas não se exagera nas restrições; reconhecendo os direitos do adulto, não deixa de se considerar os interesses individuais da criança e a especial forma de lidar com eles; validam-se as qualidades actuais da criança e faz-se orientação para o futuro; utiliza-se tanto a razão como o poder para se atingir os objectivos, e as decisões tomadas não são baseadas apenas no consenso do grupo ou nos desejos da criança, nem o adulto se acha infalível ou divinamente inspirado (Baumrind, 1971).

² O conceito de Estilos Parentais será definido mais tarde no texto, por comparação com a definição de práticas parentais.

Estilo Permissivo: Tendência para uma atitude não punitiva, aceitante e afirmativa face aos impulsos, desejos e acções da criança; consulta-se a criança sobre as políticas que subjacem às decisões e dão-se explicações sobre as regras de família; exige-se pouca responsabilidade e comportamento ordeiro; o adulto apresenta-se com um recurso que a criança pode usar sempre que queira, mas não como um agente activo e responsável pela forma como se vai traçando o futuro; permite-se que a criança regule as suas próprias actividades, evita-se qualquer tipo de controlo; tende-se a usar a razão, mas não se faz uso do poder que se tem, para atingir os fins pretendidos (Baumrind, 1971).

A autora conclui após vários estudos³ e análises de resultados que os pais autoritativos, por estimularem o comportamento responsável e independente das crianças, tendem a ter filhos mais competentes (Baumrind, 1971); competência que, também advém da combinação de uma postura calorosa, flexível e apoiante, com um controlo firme (não rígido) que transmite segurança às crianças, proporcionando estes pais, guias estruturadoras do caminho futuro.

É pertinente abordarmos, ainda que de forma breve, uma vez que não está em análise no presente estudo, o conceito de práticas parentais. Darling e Steinberg (1993) fizeram um importante trabalho no sentido de distinguir os conceitos de estilos parentais e práticas parentais. Segundo estes autores os estilos parentais podem definir-se como uma constelação de atitudes face às crianças, que lhe são comunicadas, e que no seu conjunto criam um clima emocional, no qual os comportamentos dos pais são expressos; práticas parentais são mais específicas, trata-se de comportamentos definidos por conteúdos concretos e por objectivos de socialização, através dos quais os pais desempenham os seus deveres parentais (Darling & Steinberg, 1993). Esta distinção é importante para se entender que o tipo de efeito no desenvolvimento da criança é diferente, para cada um dos conceitos⁴. Assim os estilos parentais funcionam, segundo

³ No segundo momento do estudo longitudinal, de acordo com o valor que obtinham em dois índices compósitos (Exigência e Responsividade), os pais foram classificados em 9 Tipos (Autorizado, Exigente, Tradicional, Autoritário, Permissivo, Democrático, Indiferenciado, Rejeitante-negligenciador, Não-directivo), que compunham 4 Padrões (Envolvido, Restritivo, Indulgente, Não Envolvido); dentro destes padrões o Tipo que mais impacto tinha no desenvolvimento da criança tornava-se o Protótipo desse Padrão (Protótipos: Autoritativo, Autoritário, Permissivo, Tradicional e Rejeitante-Negligenciador) (Pereira, 2007). No último momento do estudo os pais são classificados de acordo com 4 escalas: Controlo Directivo/Convencional, Controlo Assertivo, Controlo Apoiante e Intrusividade, resultando famílias designadas como autoritativas, democráticas, suficientes quanto basta, directivas, não directivas e desligadas/não envolvidas (Pereira, 2007).

⁴ Se quisermos fazer uso destes conceitos para trabalharmos em termos clínicos, as directrizes da intervenção serão concerteza diferentes; o mesmo acontece se quisermos simplesmente classificar uma família com base nas duas variáveis – é necessário perceber a extensão das diferenças entre estes conceitos, daí a importância de se lhes fazer referência neste enquadramento.

estes autores, como moderador da ligação existente entre as práticas parentais e o comportamento da criança, têm por isto um efeito mais diluído; as práticas parentais porque têm consequências imediatas no comportamento da criança, produzem um efeito mais forte.

Vários estudos apontam no sentido da diferenciação entre estilos parentais de mães e pais, enquanto outros nos direccionam para a constatação das suas semelhanças, no entanto não foi, ainda, possível chegar a uma conclusão generalizável a este respeito (Shek, 2000). Shek (2000) demonstra que os adolescentes chineses percebem as características parentais da mãe e do pai como diferentes, sendo que percebem os pais como, relativamente menos responsivos e exigentes do que as mães, fazendo equivaler isto a uma parentalidade menos positiva.

No que diz respeito à análise da expressão de estilos parentais em famílias adoptivas, a literatura é escassa. Num estudo comparativo do ajustamento da criança, dos pais e da família, em adopções nacionais e internacionais, Levy-Shiff, Zoran e Shulman (1997) descrevem que o grupo da adopção internacional mostrou-se mais super-protector, intrusivo e controlador do que o grupo da adopção nacional. De acordo com Brodzinsky e Pinderhughes (2002), uma parentalidade adoptiva caracterizada pela flexibilidade, aferida pela existência de sentido de humor e estratégias de disciplina criativas, está associada a integrações mais estáveis; pelo contrário, relacionadas com integrações menos estáveis, estão as estratégias negativas de poder-assertividade (repreensões agressivas, controlo excessivo, ameaças e punições físicas) (McRoy, citado por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), bem como incapacidade para manter atitudes calorosas e sensíveis face às oposições da criança (Rushton, Dance & Quinton, citado por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Alguns autores espanhóis (Muñoz, I. Rebollo, M., Fernandez-Molina, M., Morán, R., 2007) em investigações que fizeram sobre a análise de algumas dinâmicas familiares, com esta população, referem que as famílias adoptivas se percebem como mais afectivas, comunicativas e indutivas e menos críticas e indulgentes, comparativamente à percepção que têm de si, as famílias não adoptivas; outros estudos evidenciam que as famílias adoptivas mantêm um adequado grau de controlo sobre o comportamento dos filhos (Bernedo; Palácios, Sánchez, & Sánchez, citado por Muñoz, I. Rebollo, M., Fernandez-Molina, M., 2005); também Marquis e Detweiler (citado por Muñoz et al., 2007) descrevem que os adolescentes adoptados consideravam os seus pais mais afectuosos, protectores e com mais condutas de ajuda e consolo do que os adolescentes não adoptados. Todos estes estudos, apesar de não

objectivarem medir os estilos parentais de famílias adoptivas, apresentam resultados que apontam para uma predominância de características do estilo autoritativo definido por Diana Baumrind.

É no sistema familiar que se geram, desenvolvem, e actuam as variáveis da parentalidade vistas até aqui, por isso dizemos que a família é, necessariamente, influenciada pelo movimento destes factores e de forma recíproca tem implicações nos mesmos; o estudo de Lisi & Lisi (2007) demonstra que os indivíduos percebem as suas relações familiares como mais positivas quando os pais são vistos como *autoritativos* ou *permissivos*, observaram ainda que estas relações eram igualmente mais positivas quando as mães, mais do que os pais, evidenciavam um estilo permissivo e quando os pais mais do que as mães se regiam por um estilo autoritário. Para melhor se entenderem as análises pretendidas por este estudo, são descritas, em seguida, as duas dimensões do funcionamento familiar, em que se baseia.

1.2 Lá em casa o dia-a-dia vive-se assim... (*Adaptabilidade e Coesão Familiar*)

A vida familiar é um permanente desafio, por todas as características que se conhecem, pelos ajustes diariamente exigidos, pela necessidade de harmonizar diferentes pontos de vista e pretensões, por todo um conjunto, não numerável, de situações e estados que permitem o funcionamento dinâmico deste sistema. No entanto é sabido que dependendo das competências de cada elemento da família e deste grupo como um todo, varia o grau de sucesso com que se responde a esse desafio.

Após uma revisão de literatura Olson e colaboradores (citado por Maynard & Olson, 1987), chegaram a dois conceitos teóricos como sendo os maiores componentes de qualquer sistema familiar – *Adaptabilidade* e *Coesão* (Maynard & Olson, 1987). Definiram ainda um terceiro componente, considerado como facilitador dos outros dois – a comunicação. Olson em 1986 (citado por Maynard & Olson, 1987) elabora um modelo – modelo circunplexo dos sistemas conjugal e familiar⁵ – que integra as duas primeiras dimensões; cada uma delas tem quatro níveis e a combinação entre dimensões e níveis permite categorizar as famílias em diferentes tipologias, conforme as suas características (Maynard & Olson, 1987).

⁵ Modelo em anexo (Anexo I)

A *adaptabilidade* refere-se à capacidade do sistema conjugal ou familiar, para mudar a sua estrutura de poder, os papéis e as regras em resposta a situações de stress casuísticas ou desenvolvimentais (Olson, Portner, & Bell, 1982). O foco da adaptabilidade está em avaliar como é que o sistema se equilibra entre a mudança e a estabilidade (Olson, 2000). No modelo circunplexo, esta dimensão varia entre o nível “rígido” (muito baixo), “estruturado” (baixo/moderado), “flexível” (moderado/alto) e “caótico” (muito alto). O *nível “rígido”* é característico dos sistemas em que existe um indivíduo que lidera e controla; as decisões são impostas por este líder e as possibilidades de negociação são escassas; os papéis estão claramente definidos e as regras não são susceptíveis de mudança. A um *nível “estruturado”*, tendencialmente existe um líder democrático que negocia com os restantes elementos, inclusive com as crianças; os papéis são estáveis com possibilidade de mudança; as regras estão firmemente implantadas; embora isto, existem algumas possibilidades de alteração. O *nível “flexível”* caracteriza sistemas em que a liderança é igualitária, e as decisões são tomadas de forma democrática; o processo de negociação é aberto e inclui activamente as crianças; os papéis são partilhados e há uma mudança fluida sempre que necessário; as regras podem ser mudadas e são adequadas à idade de quem as cumpre. O *nível “caótico”* é caracterizado por uma liderança inexistente ou ilimitada, as decisões são tomadas de forma impulsiva, sem grande elaboração; as regras não são claras e diferem de indivíduo para indivíduo. Ao analisarmos a adaptabilidade das famílias percebe-se que as famílias funcionais se situam nos níveis “estruturado” e “flexível” (Olson, 2000).

A *coesão* refere-se aos laços emocionais existentes entre os membros da família, que ligam os elementos entre si (Olson, 2000). O foco desta dimensão está na avaliação de como é que os membros do sistema familiar se equilibram entre a separação e a proximidade entre si. A coesão familiar pode variar entre os níveis: “desmembrada” (muito baixo), “separada” (baixo/moderado), “ligada” (moderado/alto) e “emaranhada” (muito alto). No *nível “desmembrada”*, as relações familiares são caracterizadas pelo distanciamento extremo; há pouco envolvimento entre os membros da família e há um grande ênfase na separação e independência; cada indivíduo faz as suas próprias coisas, em tempos diferentes; os membros são incapazes de se sustentarem uns aos outros ou de se entre-ajudarem na resolução de problemas. No *nível “separada”* há algum grau de distanciamento emocional, mas não tão extrema como no nível anterior; apesar do tempo sozinho ser mais importante, existe partilha de alguns momentos; há algum suporte conjugal e algumas decisões são tomadas em conjunto. No *nível “ligada”* há

proximidade emocional e lealdade à relação; é valorizado o tempo partilhado; os membros têm amigos separados, mas também amigos em comum, os interesses são comuns, embora tenham algumas actividades em separado. Ao nível “*emaranhado*”, as relações caracterizam-se pela proximidade emocional extrema e pela exigência de lealdade; os indivíduos são muito dependentes e reactivos uns aos outros; há pouco privacidade e falta de separação entre os indivíduos; os membros estão totalmente focados na família e por isso têm poucos interesses ou amigos exteriores a este sistema. Considerando esta dimensão, as famílias que têm um funcionamento mais equilibrado situam-se nos níveis “*Separada*” e “*Ligada*” (Olson, 2000).

Segundo este modelo as famílias/casais mais equilibrados (Ligada/Flexível) ou moderadamente equilibrados (Separada/Estruturada), geralmente, funcionam melhor do que as famílias que se inscrevem nos extremos (Emanhada/Caótica) ou nos níveis de meio-termo (Rígida/Meio-Termo). Todavia o modelo circunplexo é sensível à diversidade étnica, cultural e religiosa e assume que existem famílias que se inserem na descrição de tipo não equilibrado e no entanto trata-se de famílias perfeitamente funcionais, uma vez entendidas no seu contexto cultural ou religioso; a partir desta suposição e a partir das dimensões do modelo circunplexo foi elaborada uma escala que avalia a satisfação familiar.

A terceira dimensão familiar⁶ proposta por Olson (2000) – a comunicação conjugal e familiar, cumprindo função de facilitadora em cada uma das outras duas dimensões, é medida através das capacidades do grupo/família a este nível. Assim para a sua avaliação são consideradas as capacidades de escuta (empatia e escuta activa), de conversação (diálogo interno e conversa com os outros), de abertura própria (partilha de sentimentos acerca de si e da relação), respeito e atenção (aspectos afectivos da comunicação e capacidade de resolução de problemas). Os sistemas equilibrados tendem a ter muito boa comunicação, o que ajuda a manter o equilíbrio das outras duas dimensões, ao contrário dos sistemas não equilibrados, que têm um tipo de comunicação pobre, o que perpétua a retenção em dimensões não funcionais.

O modelo circunplexo assume que podem ocorrer mudanças na tipologia da família/casal ao longo do tempo, no sentido de uma melhor adaptação às exigências do ciclo de vida e é esperado que as famílias equilibradas, porque possuem recursos e competências, façam adaptações mais adequadas e lidem melhor com situações fulcrais (crise) que despoletam mudança.

⁶ Esta dimensão não será medida ou analisada na presente investigação.

No caso das famílias adoptivas poucos registos existem da medição destas variáveis⁷. Levy-Shiff et al. (1997) descreveu um grupo de pais adoptivos de adopção internacional como percebendo o seu funcionamento familiar mais coeso e apoiante, comparativamente a um grupo da adopção nacional. Num estudo português sobre stress em famílias adoptivas (Relvas & Alarcão, 2002) foi utilizado o modelo circumplexo para análise das dimensões familiares e concluiu-se que os sujeitos sentem significativamente mais satisfeitos com o funcionamento das suas famílias em termos da Coesão do que em termos da Adaptabilidade, significando que a capacidade para mudar em situações de stress é significativamente inferior à satisfação sentida com a ligação emocional entre os seus elementos (Relvas & Alarcão, 2002). Ainda McRoy (citado por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002) associou uma comunicação conjugal insuficiente a um maior número de cortes no processo de integração.

II. Objectivos

O presente trabalho assenta num estudo comparativo do comportamento das variáveis parentais (Aliança Parental e Estilos Parentais) e variáveis familiares (Coesão e Adaptabilidade Familiar) até agora descritas, em amostras de famílias com filhos adoptivos e famílias com filhos biológicos. Desta forma colocam-se duas questões gerais que serão guias de toda a investigação: Serão as famílias biológicas e as famílias adoptivas diferentes entre si no que diz respeito à dinâmica de funcionamento e à forma como levam a cabo o desafio da parentalidade? Existirá, em ambos os tipos de família, relação circular de influência entre variáveis parentais e variáveis familiares?

De forma mais concreta enunciamos os objectivos que pretendem orientar a investigação e as posteriores respostas, às questões de investigação colocadas:

1. Perceber se famílias adoptivas e famílias biológicas se comportam de maneira diferente no que diz respeito à parentalidade;

2. Perceber se o funcionamento familiar de ambos tipos de família se diferencia;

⁷ Alguns estudos procederam à análise de diferentes variáveis familiares em amostras de adopção como são exemplo, entre outros, o estudo de Brodzinsky e Brodzinsky (1992) sobre o impacto da estrutura familiar no processo de adaptação de crianças adoptadas ou o estudo do stress em pais adoptivos de Palácios e Sánchez-Sandoval (2006).

3. Perceber em que sentido actua a dinâmica geral do funcionamento familiar, sobre os aspectos da parentalidade, em específico.

Mais especificamente pretende-se:

1a) verificar se há distinção entre os tipos de aliança parental existentes em famílias adoptivas e em famílias biológicas. Questionamos: **É possível distinguir famílias adoptivas de famílias biológicas, pela caracterização da aliança parental?;**

1b) verificar se existem estilos parentais característicos, que permitam distinguir famílias adoptivas e famílias biológicas. Questionamos: **Os estilos parentais de pais adoptivos são significativamente distintos dos estilos parentais adoptados por pais biológicos?;**

1c) verificar possível relação entre as variáveis parentais. Questionamos: **Pode estabelecer-se a existência de relação entre aliança parental e estilos parentais, nos dos tipos de família em estudo?** (E.g.: A aliança parental coesa está relacionada com estilo parental autoritativo, nas famílias adoptivas?);

1d) investigar a possível existência de diferenças na percepção da aliança parental, de mães e pais, em ambas as amostras. Questionamos: **Haverá diferença na forma como mães e pais percebem o apoio e a cooperação do outro cônjuge?**

1e) investigar a possível existência de diferenças nos estilos parentais, de mães e pais, em ambas as amostras. Questionamos: **Haverá algum estilo parental que se verifique com mais frequência nas mães e outro que se verifique com mais frequência nos pais?**

2a) verificar se as famílias adoptivas e as famílias biológicas se distinguem nos níveis de coesão e de adaptabilidade percebidas. As famílias adoptivas, na sua grande maioria sofrem de problemas de infertilidade e até se decidirem pela adopção, percorrem, geralmente, um longo período de tentativas frustradas de concepção (medicamente assistida, ou não). Dado esta situação de sofrimento e este historial de

conformação com a realidade vivida, **serão as famílias adoptivas mais coesas e adaptáveis⁸ do que as famílias biológicas?**

3a) Perceber que tipo de relação se estabelece entre o funcionamento familiar e as variáveis, em estudo, relativas à parentalidade. Questionamos:

- **Em ambos os tipos de família é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar equilibrado ou moderadamente equilibrado, está associada à existência de uma aliança parental consistente?**

- **Em ambos os tipos de família é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar “Extremo” ou de “Meio Termo” em relação à sua coesão e adaptabilidade, está relacionada com uma aliança parental pouco consistente?**

- **Em ambos os tipos de família, é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar coeso e flexível⁹, se pode associar à existência de estilo parental *autoritativo*?**

- **Em ambos os tipos de família é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar “Extremo” ou “Meio Termo”, está associada com o estilo parental *autoritário*?**

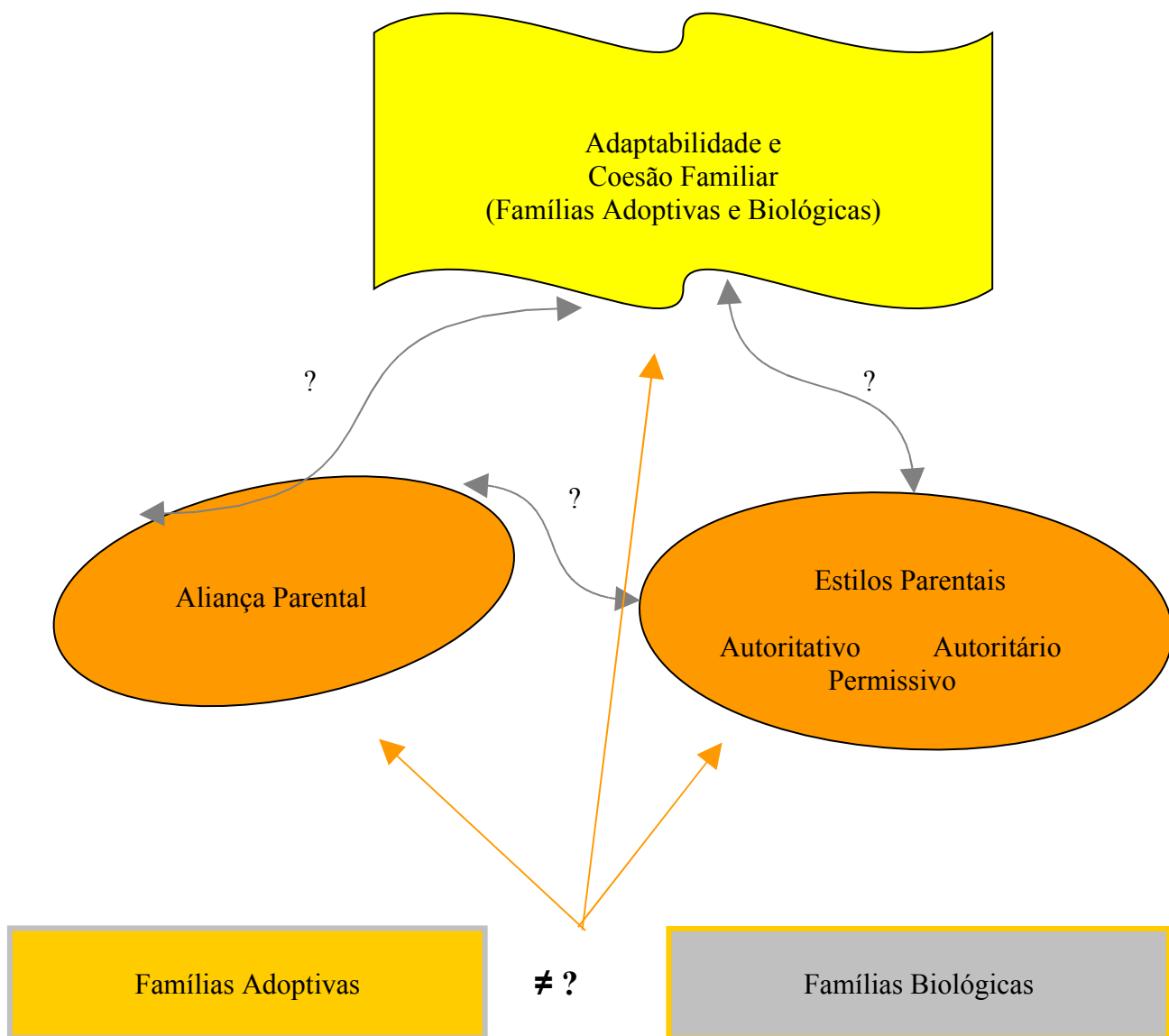
⁸ Quando se fala em “Famílias mais coesas e adaptáveis” estamos a referir-nos a sistemas familiares do tipo “Equilibrado” e “Moderadamente Equilibrado”, segundo a classificação da escala – FACES II;

⁹ Novamente referimo-nos aos tipos “Equilibrado” e “Moderadamente Equilibrado”.

III. Mapa conceptual

Para uma mais fácil percepção do quadro teórico em estudo, apresenta-se em seguida um mapa conceptual, das variáveis e das relações entre elas, hipoteticamente estabelecidas, sobre as quais se debruça esta investigação.

Figura 1: Mapa Conceptual



IV. Enquadramento Metodológico

IV. 1 Selecção da amostra¹⁰

No sentido de se poderem estabelecer comparações relativamente às variáveis em estudo, foram utilizadas duas amostras: uma amostra composta por famílias adoptivas e uma amostra controlo.

a) Amostra “Famílias adoptivas”

A amostra das famílias adoptivas é constituída por um total de 75 indivíduos, sendo 52% (N=39) elementos do sexo feminino e 48% (N=36) elementos do sexo masculino. A maior parte destes elementos situa-se na faixa etária dos 40 a 49 anos, apresentando a amostra uma média de idades de 46,2 anos (DP= 6,6). A maior parte destes adoptantes tem formação académica ao nível do ensino superior (72%) e são de nível socio-económico¹¹ médio-alto ou alto (72%). A esmagadora maioria é de raça caucasiana (94,5%). Apenas aproximadamente 21% dos 75 elementos que compõem a amostra, residem fora de Lisboa, uma vez que a grande maioria provém do universo de famílias que adoptaram entre o ano 2000 (inclusive) e o ano 2003 (inclusive), através do Serviço de Adopção, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que apenas aceita candidaturas deste município. Nesta amostra, 32% (N= 24) dos indivíduos são simultaneamente pais biológicos; cerca de metade dos elementos (50,7%) têm filhos em diferentes estádios de desenvolvimento, como se pode deduzir ao constatar que têm filhos em diferentes faixas etárias. Os agregados familiares, na grande parte dos casos,

¹⁰ A obtenção de grande parte da amostra de famílias adoptivas foi efectuada no âmbito do estágio académico, por nós realizado no Serviço de Adopção, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Os dados foram recolhidos junto de indivíduos que adoptaram entre 2000 e 2003. O levantamento destes dados foi feito na sequência de um estudo de Follow up, a ser desenvolvido pelo serviço já referido. A par da revisão e do enriquecimento da literatura existente sobre o tema, pretende-se ainda que este estudo de Follow-up, proposita uma reflexão sobre o processo de adopção e eventuais reformulações do mesmo (Marques & Nunes, 2007), através da avaliação do nível de satisfação e bem-estar das famílias adoptivas, na vivência da parentalidade, bem como perceber os desafios e as dificuldades por elas sentidas. Para além destes dados procedemos igualmente, à recolha da amostra controlo, no âmbito de um amplo projecto de investigação sobre Família: Parentalidade e conjugalidade, desenvolvido pelo núcleo de Psicologia Clínica Sistémica (2007/2008), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa (FPCEUL). Este projecto de investigação tem como principais objectivos perceber as relações de associação e causalidade entre algumas variáveis respeitantes ao sistema familiar, subsistemas que o compõem e aos restantes que o envolvem. Assim se analisam variáveis da parentalidade, da conjugalidade, da família de origem e nuclear.

¹¹ Os critérios utilizados para aferição do nível socio-económico da amostra, têm por base uma adaptação da classificação de Simões (1994), que cruza dados relativos às profissões e dados relativos à escolaridade.

são essencialmente famílias nucleares (92%), constituindo as famílias monoparentais 4% da amostra (N=3) e sendo também raros os agregados compostos pela família nuclear e elementos da família alargada (4%; N=3). À data da aplicação dos instrumentos 4% dos casais estavam já divorciados (famílias monoparentais da amostra), sendo que nestes casos, os instrumentos foram aplicados ao membro detentor da guarda da criança; a restante maioria é constituída por indivíduos unidos pelo casamento (94,7%), com uma média de 20,11 anos de casamento (DP=7,2) e existe apenas um elemento “solteiro”, constituindo 1,3% da amostra.

b) Amostra Controlo

Para assegurar uma dimensão equiparável de ambas as amostras, no sentido de garantir a validade e fiabilidade dos resultados do estudo comparativo, procedeu-se a uma selecção aleatória de sujeitos a partir da amostra inicial¹², resultando numa amostra constituída por 104 indivíduos; esta selecção foi feita após terem sido efectuados alguns ajustes nas variáveis sócio-demográficas¹³ que mais se distanciavam das mesmas variáveis em “famílias adoptivas”. Assim, com a devida ponderação pôde obter-se uma selecção da população razoavelmente próxima da primeira amostra descrita.

Este conjunto de sujeitos é composto por 51,9% de mulheres e 48,1% de homens, apresentando uma média de idades de cerca de 44 anos (DP= 5,4), sendo a faixa etária predominante os 40 – 49 anos. A grande maioria são indivíduos diferenciados, com habilitações literárias ao nível do ensino superior (71,2%) e de nível sócio-económico médio-alto/alto (71,2%). Quase todos os elementos da amostra são de raça caucasiana (99%), existindo apenas 1 elemento (1%) que definiu a sua origem étnica como caucasiana-africana. A maior percentagem destas famílias é da Grande Lisboa (48%), seguindo-se a região Centro com 28,8% dos indivíduos; a maior parte deles têm filhos com diferentes idades (54,8%), seguindo-se as famílias com filhos adolescentes que constituem 30,8% da amostra; cerca de 90% dos sujeitos vive com a família nuclear; 3,8% mantêm um relacionamento em união de facto, sendo os restantes 96,2% casados, com uma média de 18 anos de casamento (DP=5,7).

¹² A amostra controlo constitui-se como parte integrante da amostra mais ampla (N=652), recolhida para sustentar os outros estudos que derivam do projecto de investigação da FPCEUL.

¹³ Procedeu-se à aproximação de percentagens (relativamente à amostra das “Famílias adoptivas”) nas variáveis “Escolaridade”, “Origem Étnica”, “Idade”, “Tempo de casamento” e “Idade dos filhos”.

Quadro 1: Caracterização das amostras “Famílias Adoptivas” e “Famílias Biológicas”¹⁴

Variável Socio-demográfica	<i>Famílias Adoptivas</i>		<i>Famílias Biológicas</i>	
	Frequência	%	Frequência	%
Sexo				
Feminino	39	52	54	51.9
Masculino	36	48	50	48.1
Total	75	100	104	100
Idade				
20-29	1	1.3	0	0
30-39	9	12	16	15.4
40-49	39	52	75	72.1
50-59	25	33.3	13	12.5
60-69	1	1.3	0	0
Total	75	100	104	100
Escolaridade				
0-4 anos de escolaridade	7	9.3	4	3.8
7-9 anos de escolaridade	3	4	6	5.8
10-12 anos de escolaridade	8	10.7	13	12.5
Frequência Universitária	3	4	7	6.7
Ensino Superior	54	72	74	71.2
Total	75	100	104	100
Nível Sócio-Económico				
Baixo	9	12	6	5.8
Médio	12	16	24	23.1
Médio-alto e Alto	54	72	74	71.2
Total	75	100	104	100
Origem Étnica				
Caucasiana	69	94.5	103	99
Caucasiana-Africana	2	2.7	1	1
Outra	2	2.7	0	0
Total	73 ¹⁵	100	104	100
Residência				
Norte	0	0	4	3.8
Centro	8	10.7	30	28.8
Grande Lisboa	59	78.7	50	48.1
Alentejo	6	8	1	1
Algarve	0	0	9	8.7
Arquipélago da Madeira	2	2.7	3	2.9
Arquipélago dos Açores	0	0	7	6.7
Total	75	100	104	100
Habita com				
Família Nuclear	69	92	94	90.4
Família Nuclear + Alargada	3	4	10	9.6
Família Monoparental	3	4	0	0
Total	75	100	104	100
Variável Socio-demográfica	<i>Famílias adoptivas</i>		<i>Famílias Biológicas</i>	
	Frequência	%	Frequência	%

¹⁴ Quadro descritivo da informação de todas as variáveis socioeconómicas aferidas, em anexo (Anexo VII a.)

¹⁵ Missing values = 2 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

Estado Civil					
Casado	71	94.7	101	97.1	
Divorciado	3	4	0	0	
Solteiro	1	1.3	3	2.9	
Total	75	100	104	100	
Situação Relacional					
Casamento	71	98.6	100	96.2	
União de Facto	1	1.4	4	3.8	
Total	72 ¹⁶	100	104	100	
Tempo de Casamento					
5-9 anos	3	4.2	4	4.1	
10-14 anos	12	16.9	18	18.4	
15-19 anos	28	39.4	48	49	
Igual ou mais de 20	28	39.4	28	28.6	
Total	71 ¹⁷	100	98 ¹⁸	100	
Tempo de União de Facto					
2-4 anos	0	0	1	33.3	
5-9 anos	1	100	2	66.7	
Total	1 ¹⁹	100	3 ²⁰	100	
Tipo de Filhos					
Biológicos	0	0	104	100	
Adoptivos	51	68	0	0	
Mistos	24	32	0	0	
Total	72 ²¹	100	104	100	
Idades dos Filhos					
Só Pré-escolares	2	2.7	2	1.9	
Só escolares	15	20	13	12.5	
Só adolescentes	20	26.7	32	30.8	
Mistos	38	50.7	57	54.8	
Total	75	100	104	100	
Número Total de Filhos					
1	30	40	29	27.9	
2	31	41.3	62	59.6	
3	8	10.7	12	11.5	
4	4	5.3	1	1	
5	2	2.7	0	0	
Total	75	100	104	100	

¹⁶ Missing values = 3 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

¹⁷ Missing values = 4 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

¹⁸ Missing values = 6 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

¹⁹ Missing values = 74 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

²⁰ Missing values = 101 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

²¹ Missing values = 3 – Respostas não válidas, não aplicáveis ou ausência de resposta.

Quadro 2: Médias das variáveis “Idade” e “Tempo de Casamento”

Amostra "Famílias Adoptivas"						Amostra "Famílias Biológicas"					
Variável	N	Min.	Max.	Média	D.P.	Variável	N	Min.	Max.	Média	D.P.
<i>Idades</i>	75	23	61	46.20	6.623	<i>Idades</i>	104	32	59	44.14	5.396
<i>Tempo Casam.</i>	71	6	35	20.11	7.168	<i>Tempo Casam.</i>	98	5	33	18.01	5.736

IV.2 Instrumentos

Para avaliar as variáveis em estudo e poder estabelecer-se uma comparação válida e fiável entre as duas amostras, a par de se fazer um recorte na dimensão da amostra controlo, considerou-se também necessário aplicar exactamente os mesmos questionários, a ambas as amostras. Assim todos os indivíduos responderam, a uma versão experimental da adaptação portuguesa, do Inventário de Aliança Parental (IAP) (Abidin & Brunner, 1995), a uma versão experimental da adaptação portuguesa do Questionário de Dimensões e Estilos Parentais – versão reduzida (QDEP – versão reduzida) (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995, 2001) e à segunda versão da Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar (FACES II) (Olson, Portner & Bell, 1982, 1992). As adaptações portuguesas encontram-se em fase de estudo, não tendo sido, ainda, publicadas²².

*Inventário de Aliança Parental (IAP)*²³

O inventário de Aliança Parental, que foi utilizado, é uma versão portuguesa (em estudo) do instrumento desenvolvido por Abidin e Brunner, em 1995, o qual constitui uma revisão e actualização do que tinha sido criado em 1988, por Abidin. Pretende medir o conceito de aliança parental, sendo este entendido como o grau de compromisso e cooperação, entre marido e mulher, na educação dos filhos (Abidin & Brunner, 1995). Assim sendo, o nível de pontuações nesta escala tem tradução directa no nível de compromisso e cooperação do indivíduo²⁴. O instrumento é composto por 20 itens de auto-registo, em que cada indivíduo responde a uma escala tipo Likert, de 5 pontos, que varia entre 1 – “Discordo Muito” e 5 – “Concordo Muito”, posicionando, desta forma, a sua opinião relativamente ao envolvimento do cônjuge e ao seu próprio envolvimento, no acompanhamento e educação dos filhos. Uma vez encontrada uma diferença

²² Ribeiro, Narciso & Ferreira (2008). Não publicado.

²³ Instrumento disponibilizado em anexo (Anexo IV)

²⁴ Quanto mais elevada a pontuação obtida na escala, maior o grau compromisso e cooperação.

significativa nas respostas de “mães” e “pais” a este questionário (t , $p < .05$) cada conjunto de itens foi analisado tendo em conta este factor, originando uma escala bi-dimensional, de 20 itens cada (Abidin & Brunner, 1995). Assim, o questionário tem uma versão “Pai” e uma versão “Mãe”, que diferem apenas no género utilizado para formulação as questões. O inventário apresenta considerável consistência interna, indicada pelo valor de α .97. Os autores encontraram diferenças nos resultados de mulheres casadas, separadas, solteiras e divorciadas; observaram que destes quatro grupos, as mulheres casadas tinham a pontuação média mais elevada, seguidas das mulheres separadas, depois as solteiras e por último as divorciadas evidenciavam a média de resultados mais baixa, apontando para uma menor cooperação e compromisso com o ex-marido, na educação dos filhos. Não foi possível estabelecer o mesmo tipo de comparação nos resultados dos homens, por insuficiência de elementos em cada um dos grupos descritos (casados, separados, solteiros e divorciados). Na versão portuguesa os níveis de consistência interna são consideráveis, sendo que a versão “Mãe” apresenta um α de Cronbach de .904 e a versão “Pai” um α de .935. Para a adaptação do instrumento, uma vez que se trata de uma escala ordinal, utilizou-se uma variante da análise em componentes principais – Análise das Ordens²⁵, que recorre à aplicação de uma matriz de correlação de Spearman (em vez da tradicional matriz de correlações de Pearson), tendo sido retirado o item 1.

Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)²⁶

O Questionário de Dimensões e Estilos Parentais, elaborado por Robinson, Mandleco, Olsen e Hart, em 1995²⁷, tem por objectivo medir empiricamente os três principais estilos parentais (*Autoritativo*, *Autoritário* e *Permissivo*), conceptualizados por Diana Baumrind e identificar práticas parentais decorrentes destas dimensões (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995). No presente estudo foi utilizada uma versão reduzida do QDEP composta por 32 itens (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 2001). O questionário tem uma versão “Pai” e uma versão “Mãe”, que diferem apenas no género utilizado para formulação as questões²⁸ e é constituído por duas secções,

²⁵ Lebart, L., Morineau, A., & Piron, M. (1995);

²⁶ Instrumento disponibilizado em anexo (Anexo V)

²⁷ Este instrumento tem vindo, ao longo do tempo, a ser aplicado em diferentes contextos e populações (Chang, Lansford, Schwartz, & Favar; Chang, McBride –Chang, Stewart, & Au ; Steinberg, citado por Sorkhabi, 2005; Chen, Dong & Zhou, 1997) e os resultados revelam sempre uma considerável validade e consistência.

²⁸ E.g. QDEP versão “Pai”: “ Quando o meu filho pergunta porque tem de obedecer, digo-lhe: ‘Porque eu disse’ ou ‘Porque sou teu pai e quero que o faças’ / “Ela castiga fisicamente o nosso filho para o

sendo que uma delas é composta por 32 itens de auto – avaliação²⁹ e a outra por 32 itens de hetero – avaliação³⁰. As repostas compreendem-se numa escala de Likert, de 1 (Nunca) a 5 (Sempre), consoante a frequência em que as situações descritas nas afirmações ocorrem.

Dos 133 itens inicialmente postulados para corresponder às três tipologias teóricas de Baumrind, foram extraídos 62 itens que se agruparam em 3 dimensões: “*Dimensão autoritativa*” cuja consistência entre os 27 itens constituintes foi aferida com um *alpha* de Cronbach de .91, a “*Dimensão autoritária*”(20 itens) com um *alpha* de Cronbach de .86 e a “*Dimensão permissiva*” (15 itens) com um *alpha* de Cronbach de .75. O instrumento aplicado às nossas amostras – QDEP -Versão reduzida– constitui uma versão mais curta que a versão original; evidencia bons índices de consistência, com um *alpha* de .83 na “*dimensão autoritativa*”, *alpha* de .81 na “*dimensão autoritária*”, e um *alpha* de .65 na “*dimensão permissiva*”. A versão portuguesa apresenta na escala “Próprio” um *alpha* de 0.744 para mães e um *alpha* de 0.751 para pais; na escala “Outro” obteve-se um *alpha* de 0.770 para mães e um de *alpha* de 0.777 para pais. Foi utilizado o mesmo método de análise factorial, anteriormente referido (Análise das ordens), tendo sido retirados os itens 4, 10, 26 e 28.

Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II (FACES II³¹)

Para avaliar a adaptabilidade e a coesão actual das famílias em estudo, recorreu-se à aplicação da FACES II.

Para que se pudesse fazer uma avaliação do posicionamento das famílias, de acordo com o modelo circumplexo elaborado por Olson, foi desenvolvida uma escala de auto-descrição, por Olson, Potner e Bell (Citado por Maynard & Olson, 1987) a FACES. A FACES II, constitui-se como uma revisão dessa escala, tendo-se tornado num instrumento mais curto e com frases simples, no sentido de poder ser aplicado a crianças e a indivíduos com dificuldades ao nível da leitura (Olson et al., 1982, 1992). A escala permite que os profissionais consigam uma categorização clínica das famílias e consequentemente diagnosticar áreas – problema neste sistema (Maynard & Olson, 1987). Considera-se um indicador do funcionamento familiar geral, uma vez que

disciplinar”.

²⁹ Afirmações dizem respeito às interacções do próprio respondente com a criança. E.g.: “Sou sensível às necessidades e sentimentos do meu filho”;

³⁰ Referente às interacções do cônjuge com a criança (E.g.: “Ele é sensível às necessidades e sentimentos do nosso filho”;

³¹ Instrumento disponibilizado em anexo (Anexo VI)

caracteriza a família relativamente à sua flexibilidade, avaliando a capacidade e as ferramentas que utiliza face a uma situação de mudança, recorrendo a conceitos como Poder Familiar (Assertividade, Controlo, Disciplina), Estilo de Negociação, Papéis e Regras (Olson et al., 1982, 1992); faz também uma caracterização relativamente à coesão, medindo o grau de ligação de cada elemento à família, fazendo uso de conceitos como Laços Emocionais, Fronteiras, Coligações, Tempo, Espaço, Amigos, Decisão-Ação, Interesses e Lazer (Olson et al., 1982, 1992).

A escala é composta por 30 itens (14 itens relativos à adaptabilidade e 16 itens relativos à coesão), que espelham os conceitos anteriormente descritos e as respostas pontuam numa escala tipo Likert de 5 pontos, que varia entre 1 – “Quase Nunca” e 5 – “Quase Sempre”, consoante a frequência com que as interações/comportamentos descritos ocorrem. O instrumento apresenta uma muito boa evidência no que respeita à validade (Olson et al., 1982, 1992) e uma forte consistência interna, apresentando um *alpha de Cronbach* de .78 na escala de Adaptabilidade, de .87 na escala de Coesão e um *alpha de Cronbach* .90 na escala total (Olson et al., 1982, 1992). Através do cálculo da média aritmética, dos resultados das escalas de Adaptabilidade e Coesão, obtém-se um dos oito tipos de família definidos, que variam entre os níveis Equilibrado, Moderadamente equilibrado, Meio-termo e Extremo (quanto mais elevados os valores registados, mais funcionais são as famílias). Na adaptação portuguesa desta escala foi também utilizado o método de Análise das ordens, para a análise factorial, e embora não tenham sido retirados quaisquer itens, alguns foram invertidos³².

IV. 3 Procedimentos

a) Amostra “Famílias adoptivas”

No caso da amostra de famílias adoptivas, a recolha foi efectuada nos meses de Janeiro e Fevereiro; uma vez agendado o encontro, a resposta aos diferentes instrumentos tardava cerca de 30 minutos; os participantes começavam por ser elucidados acerca da forma de preenchimento (eram lidas as instruções do cabeçalho de cada inventário); foram-lhes dadas algumas instruções, como o facto de se tratar de um preenchimento individual; foram ainda esclarecidos acerca de características gerais dos instrumentos, como o facto do QDEP ter uma versão “Pai” e uma versão “Mãe”, que diferiam apenas na formulação (no feminino ou no masculino) das questões; foi-lhes

³² Itens Invertidos: 3, 9, 15, 19, 24, 25, 28 e 29

indicada uma alteração feita no cabeçalho do instrumento, pois em vez de se apontar o nome da criança, pedia-se a idade e o sexo; pediu-se para no caso de terem mais do que um filho, responderem pensando no filho adoptivo³³ ou num dos filhos adoptivos³⁴ em específico, acordando entre si, sobre qual deles responderiam, no sentido de se obterem respostas em relação à mesma criança (estas últimas indicações repetiam-se no preenchimento do IAP). Por impossibilidade de deslocação, devido à distância geográfica entre os investigadores e os inquiridos, alguns dos instrumentos foram enviados por correio; nestes casos, os sujeitos eram primeiramente contactados por telefone para assegurar a sua participação informada no estudo; todas as instruções acima descritas foram explicitadas numa carta que acompanhava os inventários enviados. O IAP e os itens do QDEP que dizem em respeito às práticas do “companheiro” para com a criança, não foram respondidas pelas adoptantes singulares³⁵. O item 2 do IAP³⁶ foi respondido apenas por alguns dos adoptantes, uma vez que alguns deles consideram o tempo de espera para a integração de uma criança, como sendo uma gravidez. A participação no estudo, foi portanto voluntária e os participantes foram devidamente informados acerca dos objectivos do mesmo e da importância do seu contributo pessoal e familiar. Contudo é de registar que as mães singulares não procederam à devolução dos questionários, tornando desta forma impossível a recolha de dados acerca deste tipo de famílias adoptivas, monoparentais.

b) Amostra controlo

A recolha dos dados desta amostra foi feita no mês de Dezembro de 2007; o tempo dispendido pelos elementos desta amostra foi mais elevado (entre 30 a 40 minutos) uma vez que havia um maior número de instrumentos a aplicar. Também nesta amostra os participantes foram esclarecidos sobre as características gerais e forma de preenchimento dos inventários³⁷. Os sujeitos participaram informada e voluntariamente no estudo.

³³ No caso dos indivíduos com filhos de tipologia “Mistos” – biológicos e adoptivos ou enteados e adoptivos ou biológicos, enteados e adoptivos

³⁴ No caso de terem mais do que um filho adoptivo

³⁵ No caso desta amostra as mulheres singulares eram-no devido à situação de divórcio;

³⁶ Item 2 – “Durante a gravidez o pai manifestou confiança na minha capacidade de ser boa mãe”/ “Durante a gravidez o mãe manifestou confiança na minha capacidade de ser bom pai”;

³⁷ Folha de rosto entregue às famílias respondentes

A ambas as amostras foram aplicados instrumentos relativos às variáveis *Conjugalidade e Família de Origem*³⁸ para sustentar outros estudos, ao abrigo da investigação levada a cabo pelo núcleo de Psicologia Clínica Sistémica (2007/2008) da FPCEUL e não são apresentados, uma vez que não respondem aos objectivos de estudo, desta dissertação.

Relativamente aos procedimentos estatísticos foi aferida a normalidade das distribuições (Quadro 3), para as variáveis em estudo e não se verificando os pressupostos da mesma, em qualquer uma delas ($p\text{-value} \leq 0.05$), procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados recorrendo à utilização de testes não paramétricos (Maroco, 2003), nomeadamente ao teste U de Mann Whitney e a Correlação de Spearman.

Uma vez que os resultados das diferentes escalas são obtidos de forma diferente (uns através de somas e outros através de médias) fez-se uma transformação linear dos dados obtidos, em valores comparáveis numa escala uniforme (de 0 a 100)³⁹; os resultados da FACES II foram obtidos segundo o cálculo original (Olson, 1992).

Para uma análise mais clara dos resultados, na variável “Tipo de filhos”, a categoria “Mistos” foi convertida em “Adoptivos”, no caso das famílias adoptivas, uma vez que, apesar de os indivíduos serem também pais biológicos, os instrumentos foram respondidos com base na vivência da parentalidade, especificamente, com o filho adoptivo.

Quadro 3: Teste da distribuição da normalidade das variáveis familiares e parentais

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
TipologiaFamiliar	,342	160	,000	,703	160	,000
Autoritativo Próprio	,101	160	,000	,968	160	,001
Autoritativo Outro	,115	160	,000	,917	160	,000
Autoritário Próprio	,111	160	,000	,968	160	,001
Autoritário Outro	,096	160	,001	,963	160	,000
Permissivo Próprio	,176	160	,000	,919	160	,000
Permissivo Outro	,135	160	,000	,959	160	,000
Aliança Parental	,097	160	,001	,937	160	,000

V. Análise dos resultados

³⁸ Para além dos instrumentos descritos neste estudo, foram aplicados a Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC), a Family Environment Scale (FES), a Escala de Vinculação Pai/Mãe/Outro significativo (A & QRI – S) e a Inclusão do Outro no Self (IOS).

³⁹ Os valores transformados são utilizados aquando do cruzamento de instrumentos entre si.

A análise far-se-á pela a ordem de exposição das questões de investigação. Os valores das médias (\bar{x}) e medianas (Me)⁴⁰ (entre outras medidas) e outras tabelas, que servem de complemento às análises seguidamente descritas, são devidamente disponibilizados em documento anexo (Anexo VI).

Para se operacionalizar o objectivo de perceber se famílias adoptivas e famílias biológicas, se comportam de maneira diferente no que diz respeito à parentalidade, colocaram-se algumas questões, para as quais, agora se analisam resultados.

✓ **É possível distinguir famílias adoptivas de famílias biológicas, pela caracterização da aliança parental?**

A média dos resultados de “Famílias Biológicas” é de 81.66 (DP⁴¹= 9.52) e a mediana situa-se em 83.5; as “Famílias adoptivas”, para esta variável, têm uma média 82.69⁴² ($\sigma^2=7.65$) e apresentam a mediana em 83. Verificados estes valores, procedeu-se, à aplicação do teste Mann Whitney, que mostra que a variável “Aliança Parental” não é distinta nos dois tipos de família, uma vez que não há diferença significativa ($p = 0.673$).

Quadro 4: Comparação da “Aliança Parental” nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”

Estatística do Teste(a)	
	Aliança Parental
Mann-Whitney U	2492,000
Wilcoxon W	7745,000
Z	-,422
Valor p (Bilateral)	,673

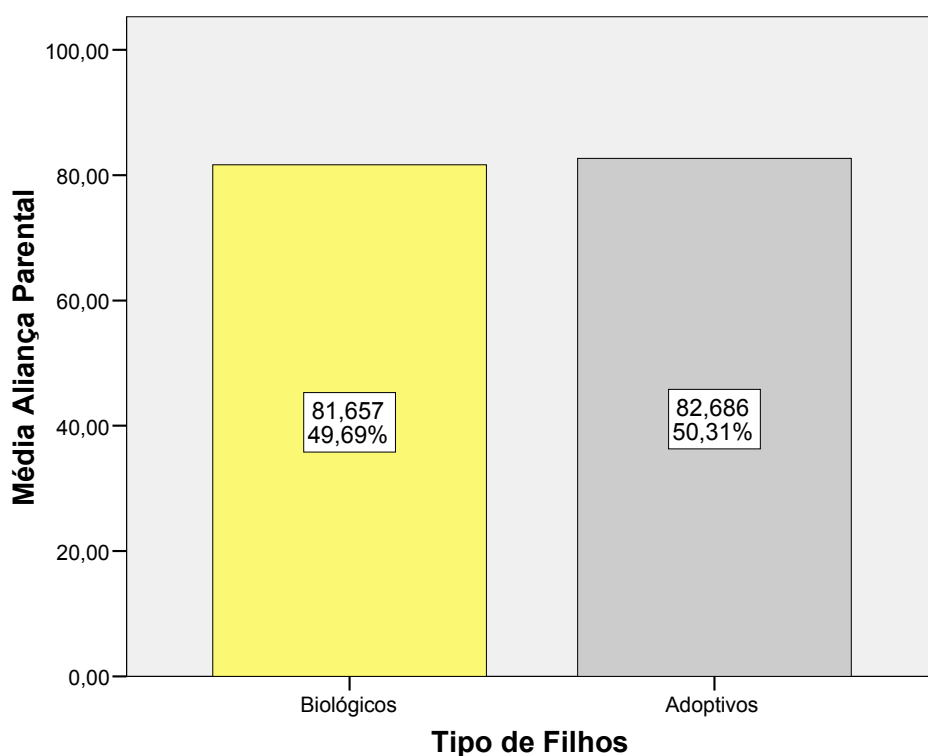
a Variável de Grupo: Tipo de Filhos

Figura 2: Médias e percentagens da variável “Aliança Parental” nas amostras em estudo

⁴⁰ As medianas são apresentadas, uma vez que se trata de testes não paramétricos

⁴¹ DP ou σ^2 – Desvio padrão

⁴² Quadro descritivo em anexo (Anexo VII b))



✓ **“Os estilos parentais de pais adotivos são significativamente distintos dos estilos parentais adotados por pais biológicos?”**

Após a aplicação de um teste não paramétrico (U Mann Whitney), pudemos verificar que apenas se registam diferenças significativas, entre as amostras, ao nível do **estilo parental autoritário**, em que “Autoritário próprio” apresenta um $p=0.009$, sendo que a média é de 18.2⁴³ (N= 74) e a mediana (Me) de 18, na amostra “Famílias adotivas” e na amostra “Famílias biológicas” a média é de 16 (N= 101), Me= 16.6; “Autoritário Outro” apresenta um $p=0.030$, sendo a média de 17.8 na amostra “Famílias adotivas” (N= 71) e a Me= 17, e na amostra “Famílias biológicas” a média é 16.3 (N= 104) e a mediana é 16.

Quadro 5: Comparação de “Estilos parentais” nas amostras “Famílias adotivas” e “Famílias biológicas”

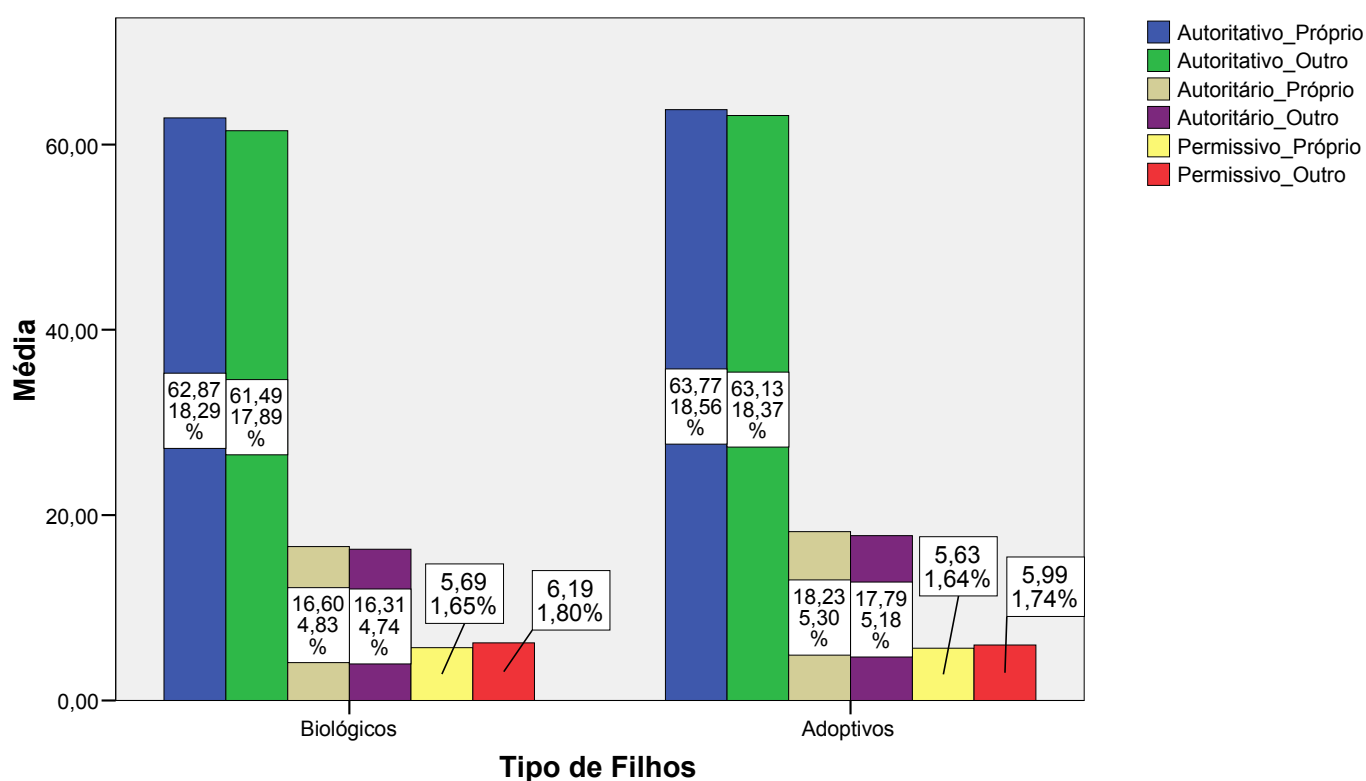
⁴³ Quadro descritivo em anexo (Anexo VII b)

Estatística do Teste(a)

	Autoritativo Próprio	Autoritativo Outro	Autoritário Próprio	Autoritário Outro	Permissivo Próprio	Permissivo Outro
Mann-Whitney U	3380,000	3238,500	2879,500	2978,500	3813,500	3461,000
Wilcoxon W	8633,000	8698,500	8030,500	8438,500	6663,500	6017,000
Z	-,593	-1,234	-2,598	-2,176	-,035	-,605
Valor p (Bilateral)	,553	,217	,009	,030	,972	,545

a Variável de Grupo: Tipo de Filhos

Figura 3: Médias e percentagens da variável “Estilos parentais” nas amostras em estudo



✓ **Pode estabelecer-se a existência de relação entre estilos parentais e aliança parental, nos dos tipos de família em estudo?**

Para estudar a relação entre as duas variáveis da parentalidade, em ambas as amostras, recorreu-se ao cálculo de correlação de Spearman⁴⁴. Verificaram-se diferenças significativas, nas dimensões “Autoritativo Outro”, em que $p = 0.002$, “Autoritário Próprio”, em que $p = 0.048$, e “Autoritário Outro”, em que $p = 0.014$, na amostra de

⁴⁴ Resultados do teste figuram em quadro anexo (ANEXO VII f)

“Famílias Adoptivas” e na amostra de “Famílias Biológicas” as diferenças significativas revelaram-se nas dimensões “Autoritativo Próprio” ($p = 0.000$), “Autoritativo Outro” ($p = 0.000$) e “Permissivo Outro” ($p = 0.032$).

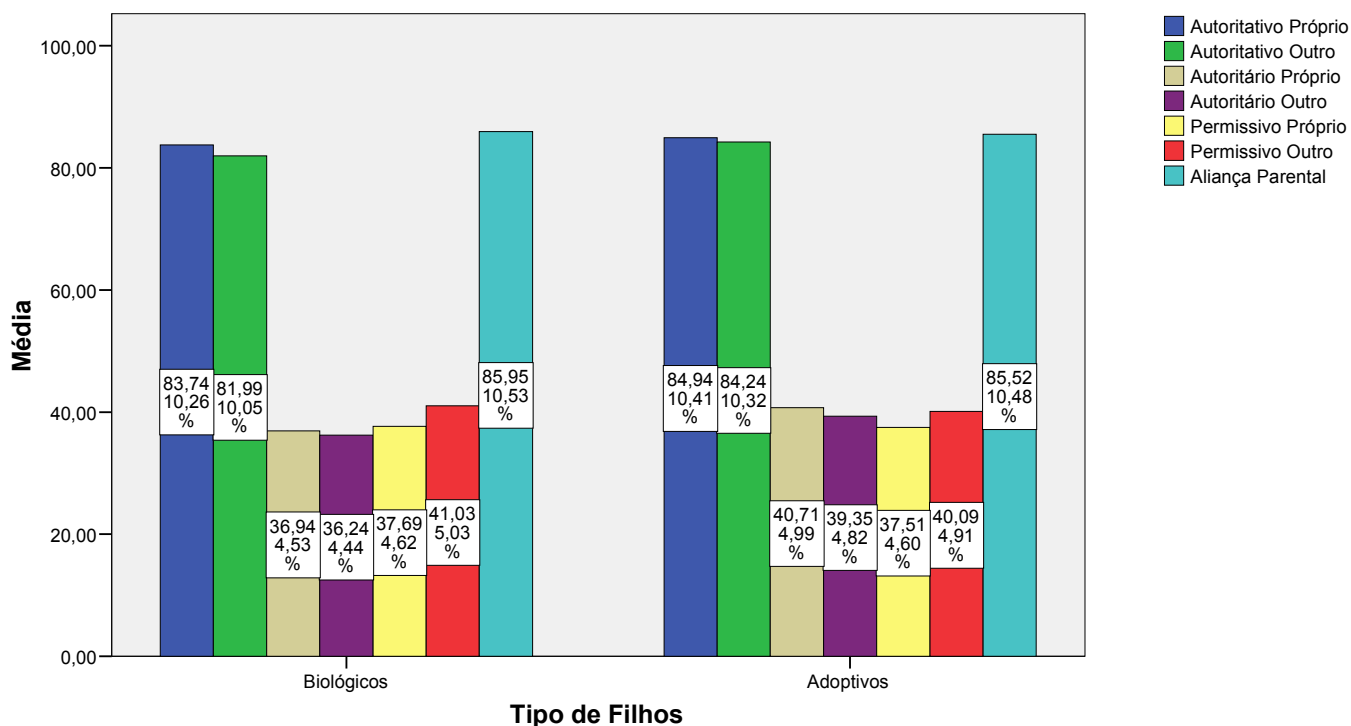
Uma vez comprovado que as variáveis se relacionam entre si, quisemos saber como varia esta relação e para isso observamos o valor da correlação, podendo concluir que:

- nas “Famílias adoptivas” o aumento do nível de *Aliança Parental* (grau de cooperação entre cônjuges) está associado a uma maior predominância do *Estilo Autoritativo* no “Outro” ($r_s = 0.369$) e vice-versa; o *Estilo Parental Autoritário* (“Próprio”, em que $r_s = -0.237$ e “Outro”, em que $r_s = -0.292$) aumenta quando o nível de *Aliança Parental* diminui e vice-versa, isto é, é menos verificado quando o nível de *Aliança Parental* aumenta.

- nas “Famílias biológicas” a predominância do *Estilo Parental Autoritativo* (“Próprio” - $r_s^{45} = 0.483$; “Outro” - $r_s = 0.573$) está associado a um nível mais elevado na *Aliança Parental* e vice-versa; o *Estilo Parental Permissivo* no “Outro” ($r_s = -0.213$) verifica-se com menos frequência quando o nível da *Aliança Parental* é maior e é predominante quando o nível da *Aliança Parental* é mais baixo.

⁴⁵ r_s = Valor do coeficiente de correlação de Spearman

Figura 4: Relação entre variáveis “Estilos Parentais” e “Aliança Parental”, nas amostras em estudo (Médias e percentagens)⁴⁶



Como se pode observar no gráfico, verifica-se, um elevado nível de *Aliança Parental* associado a predominância do *Estilo Parental Autoritativo*.

✓ **Haverá diferença na forma como mães e pais percebem o apoio e a cooperação do outro cônjuge?**

Nas famílias adotivas, a média observada para mães foi 82.7 ($\sigma^2=8.6$) e para pais foi de 82.6 ($\sigma^2=6.7$), (Mães - Me=85.5; Pais – Me=82), não se verificando diferenças significativas entre os valores de aliança parental em que se posicionam os dois sexos ($p=0.734$); o mesmo é válido para a amostra de “Famílias Biológicas”, em que a média de valores classificatórios das mães é de 80.4 ($\sigma^2=11.1$; Me=84) e dos pais é de 82.96 ($\sigma^2=7.4$; Me=83), sendo o valor de $p=0.431$.

Quadro 6: Diferença entre sexos na variável “Aliança Parental”, nas amostras

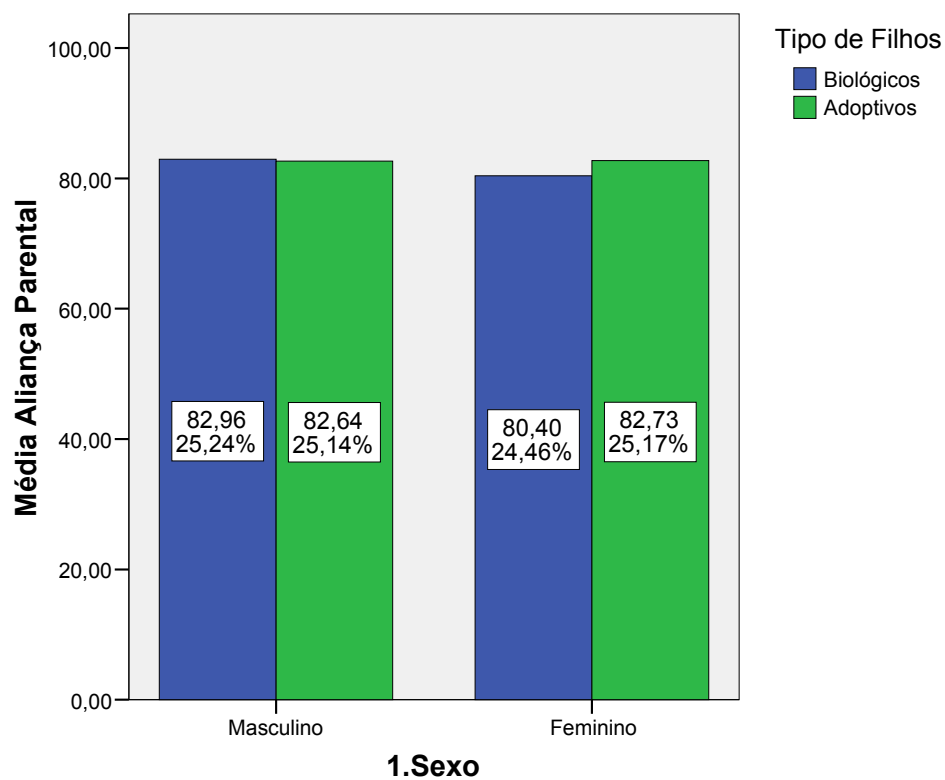
⁴⁶ Quadro descritivo em anexo (Anexo VII g)

“Famílias adotivas” e “Famílias biológicas”

Estatística do Teste(a)		
Tipo de Filhos		Aliança Parental
Biológicos	Mann-Whitney U	1182,500
	Wilcoxon W	2560,500
	Z	-,787
	Valor p (Bilateral)	,431
Adotivos	Mann-Whitney U	307,000
	Wilcoxon W	632,000
	Z	-,340
	p (Bilateral)	,734

a. Variável de Grupo: 1.Sexo

Figura 5: Distribuição (médias e percentagens) da variável “Aliança Parental”, segundo o sexo dos respondentes, das amostras em estudo



✓ **Haverá algum estilo parental que se verifique com mais frequência nas mães e outro que se verifique com mais frequência nos pais?**

De acordo com a distribuição, que podemos observar na figura 6, é patente uma predominância do estilo parental “Autoritativo” nas mulheres, embora os homens também se percepcionem e sejam percepcionados, na sua maioria, como autoritativos.

Uma análise mais pormenorizada, permite-nos perceber que, no que diz respeito a estilos parentais, em “Famílias adoptivas” não há distinção significativa entre os que caracterizam homens e mulheres; no caso das “Famílias biológicas”, as mulheres percepcionam-se como mais autoritativas ($\bar{x} = 64.83$; $\sigma^2 = 6.18$; $Me=86.67$) do que os homens ($\bar{x}=60.76$; $\sigma^2 = 7.9$; $Me = 62$), sendo esta diferença significativa (estilo parental “*Autoritativo Próprio*”: $p = 0.012$); no que respeita à dimensão “*Autoritário Outro*”, os homens têm uma maior percepção das mulheres como autoritárias ($\bar{x}=17.04$; $\sigma^2=3.8$; $Me = 17$) do que a percepção que as mulheres têm do seu cônjuge ($\bar{x}=15.63$; $\sigma^2 = 4.3$; $Me = 14.5$), quanto a esta dimensão⁴⁷, confirmando-se a significância desta diferença pelo valor de $p = 0.024$.

Quadro 7: Diferença entre sexos na variável “Estilos Parentais”, nas amostras “Famílias adoptivas” e “Famílias biológicas”

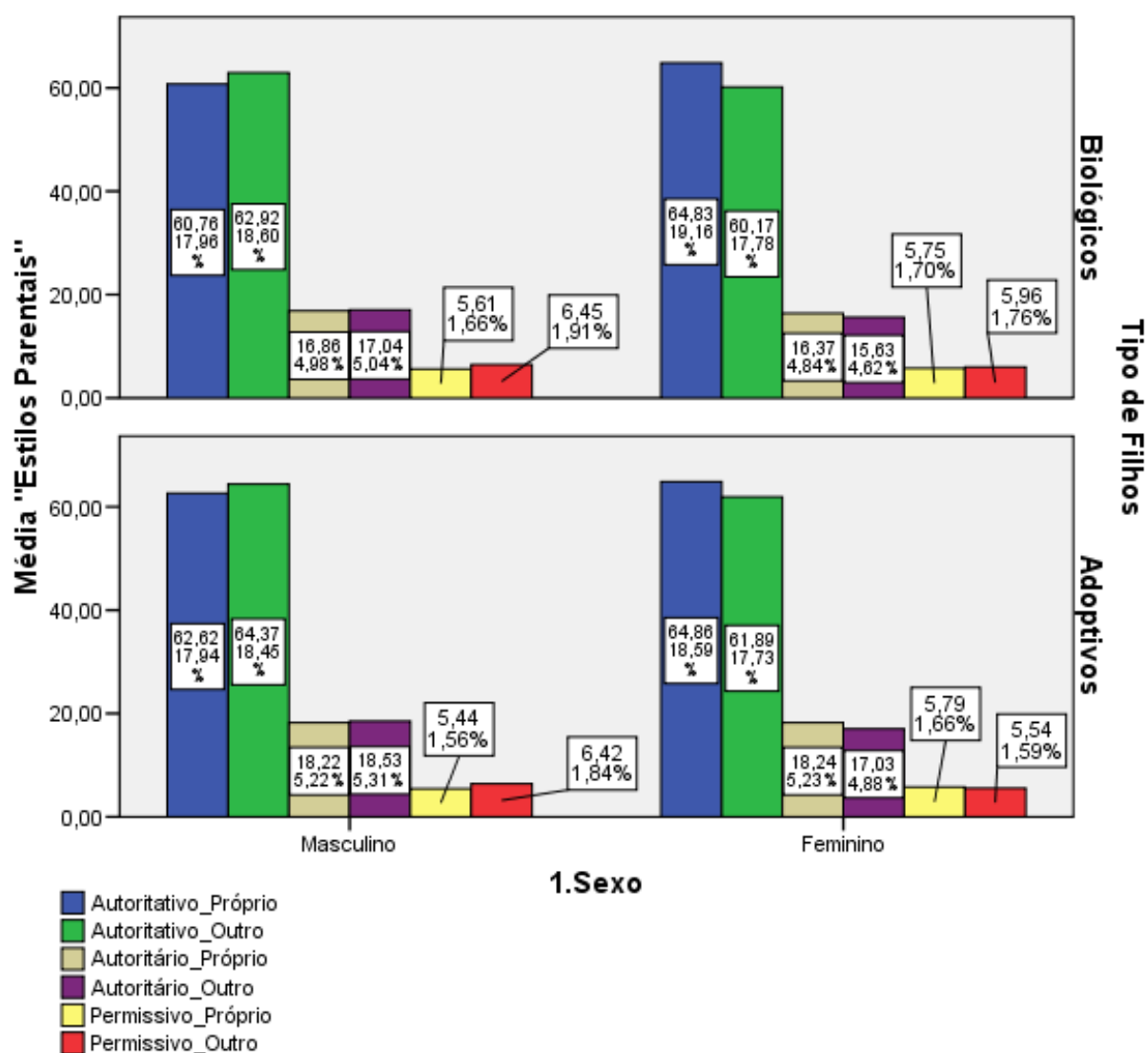
Estatística do Teste(a)

Tipo de Filhos		Autoritativo Próprio	Autoritativo Outro	Autoritário Próprio	Autoritário Outro	Permissivo Próprio	Permissivo Outro
Biológicos	Mann-Whitney U	924,000	1105,500	1157,500	1003,500	1237,000	1197,500
	Wilcoxon W	2149,000	2590,500	2535,500	2488,500	2462,000	2682,500
	Z	-2,512	-1,592	-,795	-2,263	-,420	-,839
	Valor p (Bilateral)	,012	,111	,427	,024	,675	,401
Adoptivos	Mann-Whitney U	480,000	510,500	682,500	516,500	612,500	497,000
	Wilcoxon W	1075,000	1140,500	1423,500	1146,500	1278,500	1127,000
	Z	-1,555	-1,201	-,016	-1,311	-,968	-1,549
	Valor p (Bilateral)	,120	,230	,987	,190	,333	,121

a Variável de Grupo: 1.Sexo

⁴⁷ Tabela descritiva em anexo (Anexo VII g)

Figura 6: Distribuição (médias e percentagens) da variável “Estilos Parentais”, segundo o sexo dos respondentes, das amostras em estudo



Uma vez analisadas as amostras segundo o comportamento das variáveis da parentalidade, procedemos à análise dos resultados da variável “Tipo Familiar” e das relações postas por hipótese, como passíveis de se estabelecer, com variáveis da parentalidade – “Estilos Parentais” e “Aliança Parental”.

- ✓ **Serão as famílias adoptivas mais coesas e adaptáveis⁴⁸ do que as famílias biológicas?**

Os resultados da análise estatística mostram que não existem diferenças significativas na tipologia de funcionamento familiar de “Famílias adoptivas” e de “Famílias Biológicas”, sendo $p = 0.776$; no entanto pela observação da figura 7, podemos afirmar que há um claro predomínio da tipologia “Meio-termo” e “Moderadamente equilibrado” em ambas as amostras. É de registar que na amostra em estudo não existem famílias do tipo “Equilibrado” e no tipo “Extremo” inscrevem-se 5 indivíduos (Quadro 9), sendo que dois deles (amostra adopção) formam casal.

Quadro 8: Diferenças da Tipologia Familiar nas amostras em Estudo

Estatística do teste(a)	
	Tipologia Familiar
Mann-Whitney U	3284,000
Wilcoxon W	7940,000
Z	-,284
Valor p (Bi-lateral)	,776

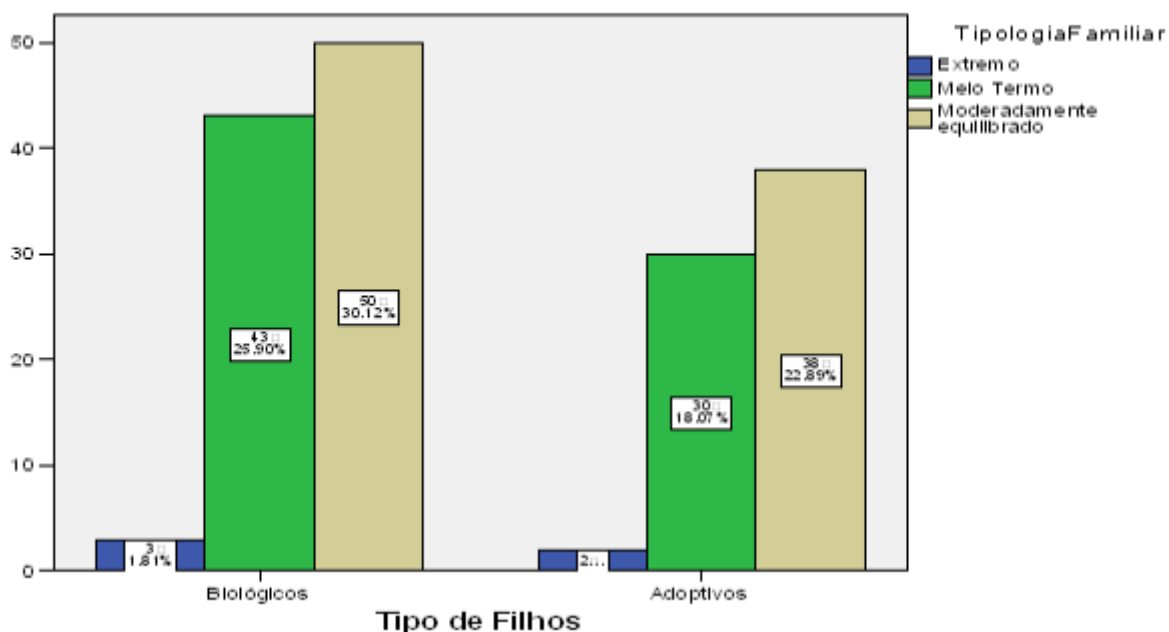
a Variável de Grupo: Tipo de Filhos

Quadro 9: Distribuição dos indivíduos, segundo a tipologia familiar, nas amostras em estudo

Tipologia Familiar						
Tipo de Filhos			Frequência	Percentagem em	Percentagem Valida	Percentagem Acumulada
Biológicos	Valido	Extremo	3	2,9	3,1	3,1
		Meio Termo	43	41,3	44,8	47,9
		Moderadamente equilibrado	50	48,1	52,1	100,0
		Total	96	92,3	100,0	
	Em Falta	Sistema	8	7,7		
	Total		104	100,0		
Adoptivos	Valido	Extremo	2	2,7	2,9	2,9
		Meio Termo	30	40,0	42,9	45,7
		Moderadamente equilibrado	38	50,7	54,3	100,0
		Total	70	93,3	100,0	
	Em Falta	Sistema	5	6,7		
	Total		75	100,0		

⁴⁸ Quando se fala em “Famílias mais coesas e adaptáveis” estamos a referir-nos a sistemas familiares do tipo “Equilibrado” e “Moderadamente Equilibrado”, segundo a classificação da escala – FACES II;

Figura 7: Distribuição (médias e percentagens) das amostras em estudo, segundo a variável “Tipologia Familiar”



Para analisar a relação entre as variáveis da parentalidade e a variável que mede o funcionamento familiar, as questões foram divididas, para uma análise separada das relações “Aliança Parental” – “Tipologia Familiar” e “Estilos Parentais” – “Tipologia Familiar”.

a) “Aliança Parental” – “Tipologia Familiar”

- Em ambos os tipos de família é possível afirmar que existe um elevado nível de aliança parental, nos tipos familiares cujo funcionamento é moderadamente equilibrado?

- Em ambos os tipos de família é possível afirmar que existe uma aliança parental pouco consistente (nível baixo), nos tipos familiares cuja dinâmica de funcionamento é “Extrema” ou de “Meio Termo”?

Para responder às questões colocadas, foi feito um teste de correlação para confirmar a relação entre as variáveis e o sentido da mesma.

Quadro 10: Relação das variáveis “Aliança Parental” e “Tipologia Familiar”, nas amostras em estudo

Correlações			
Tipo de Filhos		Tipologia Familiar	Aliança Parental
	Coefficiente Correlação	1,000	,401(**)
	Valor p (Bi-lateral)	.	,000
	N	96	94
	Coefficiente Correlação	,401(**)	1,000
	Valor p (Bi-lateral)	,000	.
	N	94	102
	Coefficiente Correlação	1,000	,293(*)
	Valor p (Bi-lateral)	.	,017
	N	70	66
	Coefficiente Correlação	,293(*)	1,000
	Valor p (Bi-lateral)	,017	.
	N	66	70

** Correlação é significativa ao nível 0.01 (2-tailed).

* Correlação é significativa ao nível 0.05 (2-tailed).

Verificamos que as duas variáveis se relacionam entre si na amostra de “Famílias adoptivas”, em que $p = 0.000$ e na amostra de “Famílias biológicas”, em que $p = 0.017$. Uma vez que o valor do coeficiente é positivo ($r_s = 0.293$ – “Famílias Adoptivas” e $r_s = 0.401$ – “Famílias Biológicas”) podemos afirmar que sempre que o valor de uma variável aumenta, o valor da outra aumenta também, isto é, quanto mais elevado é o nível de equilíbrio que define o tipo familiar, mais elevado é o grau de aliança parental.

Uma vez confirmada a relação entre as variáveis, procedeu-se à aplicação do teste de Kruskal Wallis, no sentido de averiguar se o nível da aliança parental difere, significativamente, consoante a tipologia familiar, que caracteriza os elementos da amostra.

Quadro 11: Variação da “Aliança Parental”, segundo a “Tipologia Familiar”, nas amostras em estudo

Estatística do teste (a,b)		
Tipo de Filhos		Aliança Parental
Biológicos	Qui-Quadrado	15,132
	gl	2
	Valor p (Bi-lateral)	,001
Adoptivos	Qui-Quadrado	7,313
	gl	2
	Valor p (Bi-lateral)	,026

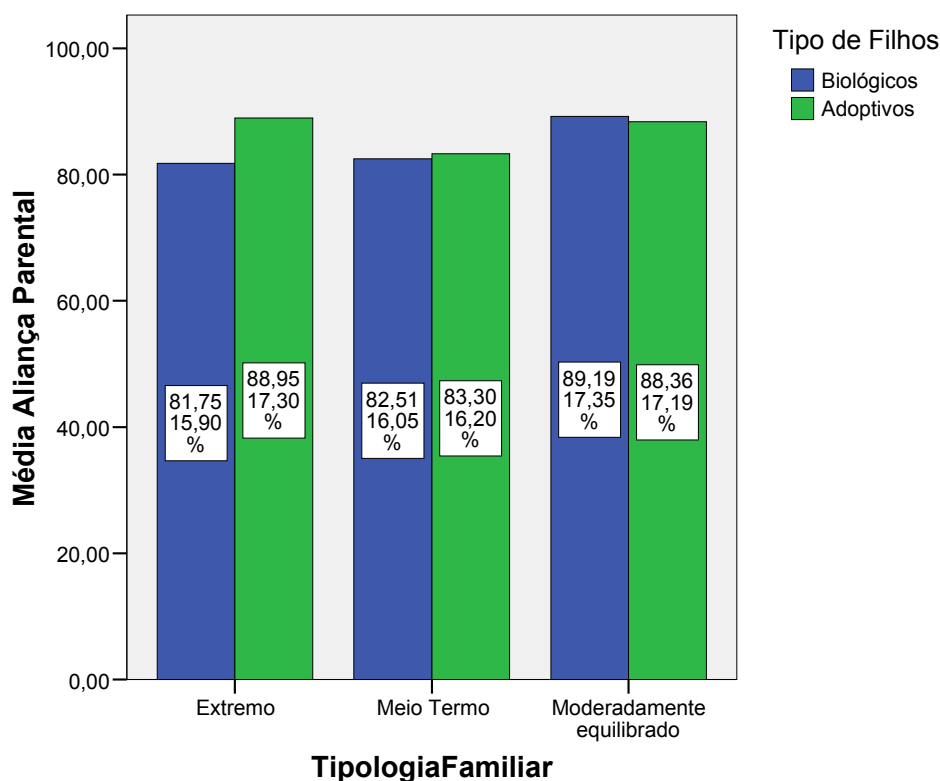
a Teste Kruskal Wallis
b Variável de Grupo: TipologiaFamiliar

Pelos valores das médias (Fig. 8) concluímos que, em “Famílias Biológicas” os indivíduos pertencentes à tipologia “Moderadamente equilibrado”, tendem a ter um nível de aliança parental, mais elevado ($\bar{x}=89.19$) do que os indivíduos das outras duas dimensões ($\bar{x}_{\text{Extremo}}=81.75$; $\bar{x}_{\text{Meio termo}}=82.51$), da tipologia familiar. Em “Famílias Adoptivas” os indivíduos pertencentes a tipologia “Meio-termo”, distinguem-se por terem um nível de aliança parental mais baixo ($\bar{x}=83.30$) que os restantes ($\bar{x}_{\text{Extremo}}=88.95$; $\bar{x}_{\text{Moderadamente equilibrado}}=88.36$).

Percebe-se, então que, em ambos os tipos de família, há diferenças significativas no nível de aliança parental dos indivíduos, consoante se inscrevem no tipo familiar “Extremo”, “Meio-Termo” e “Moderadamente equilibrado” ($p = 0.001$ nas “Famílias Biológicas”; $p = 0.026$ nas “Famílias Adoptivas”).

É possível responder afirmativamente à primeira questão, mas a segunda hipótese não se verifica, uma vez que se regista um elevado grau de aliança parental nas famílias de tipo “Extremo” e “Meio termo”, ainda que esta última dimensão registe valores médios mais baixos do que as restantes.

Figura 8: Distribuição (médias e percentagens) dos níveis de “Aliança Parental”, nas diferentes tipologias familiares, das amostras em estudo



b) “Estilos Parentais” – “Tipologia Familiar”

- Em ambos os tipos de família, é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar coeso e flexível⁴⁹, se pode associar à existência de estilo parental *autoritativo*?

- Em ambos os tipos de família é possível verificar que uma dinâmica de funcionamento familiar “Extremo” ou “Meio Termo”, está associada com o estilo parental *autoritário*?

Segundo uma análise das médias das diferentes dimensões⁵⁰, conclui-se que, apesar de ser notória a predominância do estilo parental “Autoritativo”, em qualquer

⁴⁹ Novamente referimo-nos aos tipos “Equilibrado” e “Moderadamente Equilibrado”.

⁵⁰ Quadro descritivo em anexo. (Anexo VII I)

uma das tipologias familiares, nas duas amostras, os valores médios que regista distinguem-se entre si, tal como se pode observar no quadro 12.

Quadro 12: Distribuição das médias, da dimensão “Autoritativo” (Próprio e Outro), das amostras em estudo, segundo a tipologia familiar

Tipo de Filhos	Famílias Biológicas			Famílias Adoptivas	
Tipologia Familiar		Autoritativo Próprio	Autoritativo Outro	Autoritativo Próprio	Autoritativo Outro
Extremo	N	3	3	2	2
	Média	72,8889	70,6667	87,3333	86,6667
Meio Termo	N	43	43	30	30
	Média	80,4961	79,3178	80,0889	79,2000
Moderadamente equilibrado	N	50	50	38	35
	Média	87,0933	84,9867	88,5614	88,5714

Para melhor responder às duas questões, recorreu-se aos resultados da aplicação do teste de Kruskal Wallis, donde se pôde concluir que, em “Famílias Biológicas” existem diferenças significativas, ao nível do estilo “Autoritativo” (Autoritativo próprio, em que $p = 0.001$; e Autoritativo outro, em que $p = 0.011$), o mesmo acontecendo em “Famílias Adoptivas” (Autoritativo próprio, em que $p = 0.000$; e Autoritativo outro, em que $p = 0.004$).

Quadro 13: Variação dos “Estilos Parentais”, segundo a “Tipologia Familiar”, nas amostras em estudo

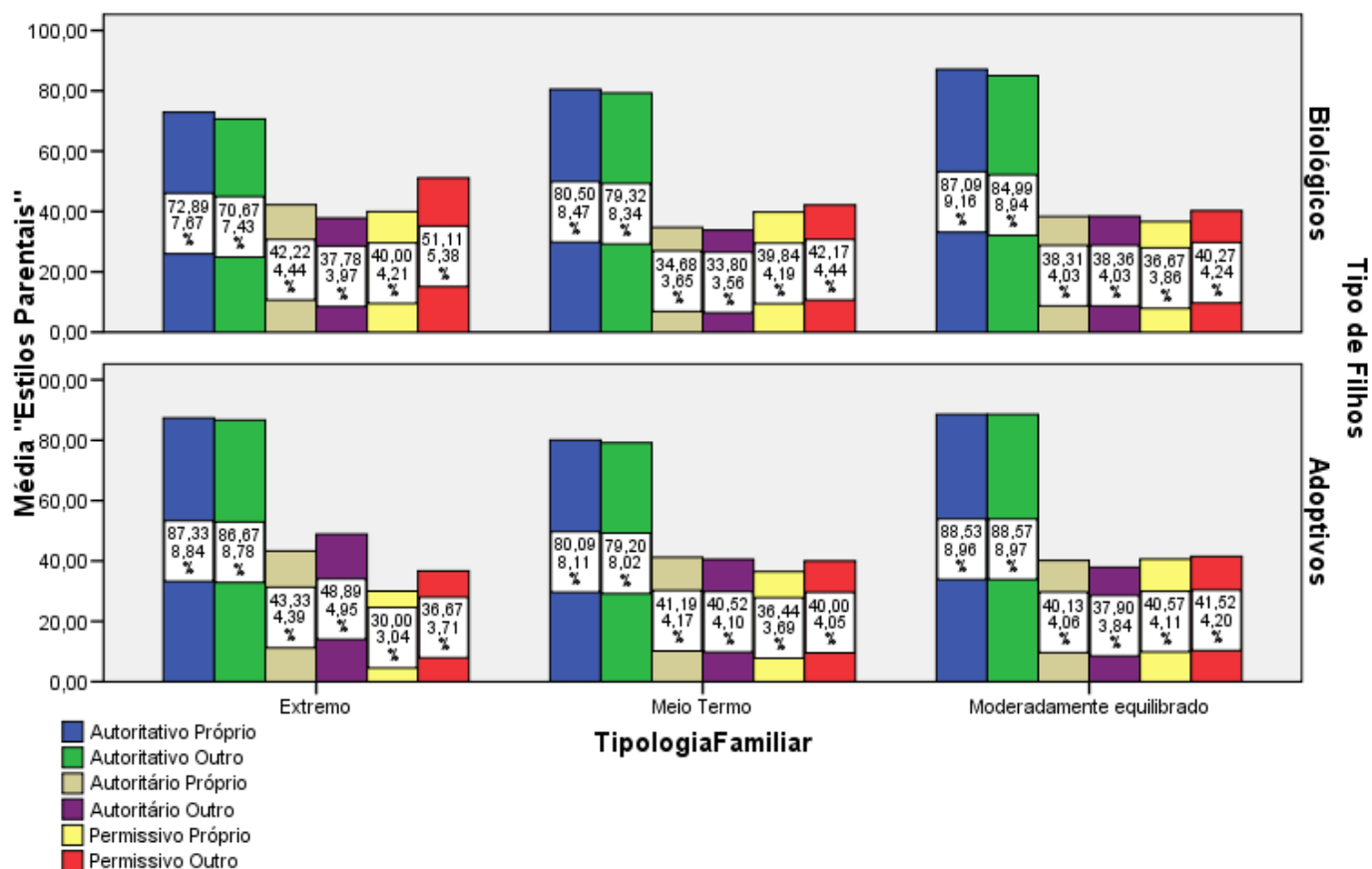
Estatística do teste(a,b)

Tipo de Filhos	Autoritativo Próprio	Autoritativo Outro	Autoritário Próprio	Autoritário Outro	Permissivo Próprio	Permissivo Outro
Qui- quadrado	13,814	9,001	5,115	4,701	2,214	2,242
gl	2	2	2	2	2	2
Valor p (Bi- lateral)	,001	,011	,077	,095	,331	,326
Qui- quadrado	16,527	11,088	,569	3,355	3,025	,191
gl	2	2	2	2	2	2
Valor p (Bi- lateral)	,000	,004	,752	,187	,220	,909

a Teste Kruskal Wallis

b Variável de grupo: Tipologia Familiar

Figura 9: Distribuição (médias e percentagens) das amostras em estudo, segundo “Estilos Parentais”, nas diferentes tipologias familiares



Desta forma, em resposta às duas questões levantadas, relativamente à distribuição desta variável, podemos afirmar que o estilo parental autoritativo se verifica com frequência, no tipo de família “Moderadamente equilibrado”, bem como nos restantes tipos de família, invalidando a hipótese de que, o estilo autoritário seja típico de famílias de tipologia “extrema” ou “Meio termo”.

VI. Discussão dos resultados

Como resposta ao interesse que despoletou esta dissertação e que direccionou toda a investigação, o presente estudo vem mostrar que famílias adoptivas e famílias biológicas não se distinguem, na sua generalidade, no que diz respeito à vivência da parentalidade, nem se distanciam, entre si, no tipo de funcionamento familiar que as caracteriza. Assim se confirma que apesar de todas as especificidades inerentes à parentalidade adoptiva, estas famílias respondem de modo semelhante, à forma como famílias, só com filhos biológicos o fazem, bem como aos desafios com que se deparam.

Somos pais... (Parentalidade)

Em termos de **aliança parental**, os indivíduos de ambos tipos de família, sem qualquer distinção significativa, apresentam um considerável grau de acordo e cooperação com o cônjuge, no que diz respeito à educação dos filhos, sendo este facto demonstrado pelo elevado nível da média nesta variável. Este facto aponta para a existência de um factor determinante para o desenvolvimento adequado das crianças, filhos biológicos e eventualmente para uma importância mais específica, no caso dos filhos adoptivos, considerando, como foi descrito noutro capítulo desta dissertação, a importância da existência de modelos firmes, que permitam uma organização adequada da sua vida, que a este nível (aliança parental) provavelmente nunca existiu.

No que concerne aos **estilos parentais**, em ambos os tipos de família predomina, claramente, o estilo parental autoritativo e, embora as diferenças não sejam significativas, percebe-se que as famílias adoptivas espelham mais este estilo, do que as famílias biológicas, o que vai de encontro aos resultados de outros estudos (Bernedo; Palácios, Sánchez, & Sánchez, cit. por Muñoz, I. et al., 2005), que observaram um maior grau de comunicação e afecto, bem como um nível de controlo mais adequado em famílias adoptivas, comparativamente aos encontrados em famílias não adoptivas; no entanto quando se caracterizam pelo estilo autoritário, os resultados evidenciam que as famílias adoptivas são significativamente mais autoritárias, que as famílias biológicas, podendo este resultado ser referente a uma percentagem de indivíduos que se regem por valores mais tradicionalistas, ou que eventualmente tendem a querer moldar a criança segundo a sua vontade, no sentido de assegurar ao máximo que as características e valores primordiais da família, sejam transmitidos ao filho adoptivo.

Os resultados do teste de relação das variáveis **“Aliança Parental”** e **“Estilos Parentais”**, mostram que existe uma relação significativa entre a primeira variável e algumas dimensões da segunda variável, dependendo do tipo de família, onde decorre a análise. Assim, conclui-se que em “Famílias Adoptivas” os casais que partilham a parentalidade, numa dinâmica de elevada cooperação e acordo, geralmente caracterizam-se por serem predominantemente autoritativos e pelo contrário os indivíduos que se caracterizam como autoritários, desenvolvem uma aliança parental de mais fraca consistência e durabilidade. Estes resultados estão de acordo com os conceitos das variáveis em causa, pois se tomarmos em conta que, os indivíduos de estilo autoritativo primam por características como o apoio, o acompanhamento, a ponderação nas decisões, o reconhecimento da importância do outro, surge como natural o desenvolvimento de uma aliança co-investida, em que há um importante nível comunicacional e de respeito pelo outro, no caso o cônjuge, tal como descreveram outros autores que se debruçaram sobre o tema (Weissman & Cohen, cit. por Konold & Abidin, 2001). Por outro lado, indivíduos de estilo autoritário, porque privilegiam a ideia de uma figura de autoridade, como fonte única de poder e razão, mais dificilmente estabelecem uma ponte de partilha e comunicação com o outro e por isso evidenciam um nível mais baixo de aliança com o cônjuge. Em famílias biológicas verifica-se o mesmo tipo de relação entre aliança e estilo parental autoritativo e existe significância na variação do estilo parental permissivo com o nível de aliança parental, sendo que um nível baixo nesta variável se associa, à predominância deste estilo, ao qual subjaz uma filosofia de fraca ou inexistente orientação das tarefas e decisões da parentalidade.

A análise dos resultados destas duas variáveis, torna-se importante sobretudo para o trabalho técnico que é feito com candidatos a adopção ou em intervenção clínica com famílias adoptivas, no sentido de se considerar estas dimensões como factores que intervêm, com significância, nos vários momentos e situações do ciclo de vida, das famílias adoptivas (e.g. adaptação, processo de revelação, busca de identidade da família biológica, na adolescência, entre outros). Se a um nível preventivo, com os casais/singulares candidatos à adopção, se pode motivar a consciencialização dos tipos parentais de cada um e trabalhar aspectos que, se adivinhem como eventuais catalisadores, de dificuldades no dia – a – dia, da parentalidade adoptiva, ao nível interventivo pode proporcionar-se a análise destas dimensões, com base naquilo que são as vivências destes indivíduos como pais e, juntamente com eles, perceber as competências e recursos que subjazem aos seus estilos parentais ou (no caso dos casais)

à sua forma, de como sistema, assegurarem a consistência e a coerência da sua parentalidade.

Ao contrário da descrição do estudo de Cleary e Cookston (2003), na presente investigação não foram encontradas diferenças significativas na forma como mães e pais percebem o grau de compromisso e envolvimento, do cônjuge na vida parental; no entanto os resultados encontrados acerca das **diferenças de sexo**, nos estilos parentais, vão de encontro a outras investigações que, tais como o estudo de Shek (2000), descrevem como as variáveis da parentalidade, se distribuem de forma distinta, segundo o sexo dos indivíduos respondentes. No presente estudo pôde observar-se que os “pais” e as “mães” das famílias adoptivas não se diferenciam no que diz respeito ao estilo da sua parentalidade, sendo que na sua maioria se caracterizam como autoritativos; já no caso das famílias biológicas, ainda que os dois sexos, na sua maioria, adoptem também o estilo autoritativo, observa-se que as “mães” se percebem como, mais autoritativas que os “pais” e estes entendem-se como, mais autoritários que as “mães”; não deixa de ser curioso observar que no que diz respeito à percepção do estilo parental do cônjuge, os homens percebem as suas mulheres/companheiras, como mais autoritárias, do que a mesma percepção delas em relação a eles. Este último resultado remete-nos para a importância que o estilo parental de cada elemento do casal tem, no desenvolvimento da sua aliança parental e em outros aspectos da sua vida conjugal, como nos alerta o estudo de O’Brien e Peyton (2002). Este é certamente um factor a considerar, nomeadamente, quando se desenham programas de formação para pais. Sabendo que na realidade portuguesa, nestes programas, maioritariamente, participam mães, torna-se necessário e urgente, perceber porque não o fazem os pais, e nos (muitos) casos em que esta situação se deve a mitos, no que diz respeito às competências parentais de cada um dos sexos, será certamente relevante que o tipo de diferenças aqui assinaladas.

Somos família... (Coesão e adaptabilidade familiar)

No que respeita ao tipo familiar, definido pela coesão e adaptabilidade do funcionamento das famílias (Olson, 2000), dos indivíduos respondentes, antes de avançarmos com uma análise mais aprofundada dos resultados, não podemos deixar de mencionar que na amostra em estudo não existem indivíduos que se inscrevam no nível

mais avançado, em termos do equilíbrio que pode ser desenvolvido por uma família – *nível equilibrado*; para além deste facto, existem, na presente amostra, famílias que se inscrevem no nível extremo de funcionamento, no entanto, para uma análise mais clara e mais correcta, devemos referir que se trata de um número bastante reduzido, uma vez que são apenas cinco pessoas (dois destes indivíduos formam casal), que representam 3% da amostra total.

Pelos resultados apresentados, conclui-se que a amostra é constituída maioritariamente por indivíduos que se inscrevem no nível moderadamente equilibrado de **adaptabilidade e coesão familiar**, sendo que não existem diferenças significativas entre a amostra de “Famílias Adoptivas” e a amostra de “Famílias Biológicas”. Segundo as características deste nível (existência de liderança democrática, regras firmemente implantadas com possibilidade de mudança, partilha de momentos, apesar da preservação dos momentos individuais, algumas tomadas de decisão em conjunto) prever-se-ia uma predominância do estilo parental autoritativo, e um nível relativamente relevante de aliança parental, tal como se verificou; no entanto é interessante a análise que se pode fazer da distribuição destas variáveis parentais, nas diferentes tipologias familiares, que emergiram destes resultados, uma vez que se verificam relações não esperadas, como é o caso da relação *Tipologia “Extremo” – Aliança Parental*, ou a relação *Tipologia “Extremo” – Estilo Parental “Autoritativo”*.

E como pais é assim que funcionamos na família! **(Parentalidade e Tipo Familiar)**

No que respeita a aliança parental, após se concluir (através da análise do coeficiente de correlação de Spearman) que o nível de aliança parental dos indivíduos cresce quanto mais se avança nas categorias que determinam o equilíbrio familiar, isto é, a aliança parental é tanto mais forte, quanto mais equilibrado é o tipo familiar, pôde perceber-se que apesar desta conclusão, as famílias de tipo extremo, em ambas as amostras adoptiva e biológica, apresentam uma aliança parental forte e consistente. Este resultado é contraditório com o próprio conceito de aliança parental, que define que um elevado nível nesta variável, pressupõe a existência de coesão e acordo entre os cônjuges, o que não se verifica nas famílias de tipo extremo, nas quais, em termos de coesão, se observa pouco envolvimento entre os membros da família e grande ênfase no individualismo. Desta forma poderemos avançar com possíveis hipóteses explicativas

para os resultados encontrados, que passam por, antes de mais, considerar que a dimensão da amostra dos indivíduos que compõem esta tipologia é muito baixa, não se assemelhando minimamente à dimensão das restantes tipologias. À luz de vários estudos (Belsky et al., 1986; Emery, 1988, citado por Abidin, 1992; Fauber, Forehand, Thomas & Wierson, citado por Abidin & Brunner, 1995), que mostram que a aliança parental, mais do que qualquer outro indicador de funcionamento da família (no caso, os estudos em causa basearam-se no estudo da satisfação conjugal), é preditora das práticas parentais, poderemos colocar a hipótese de que, em termos do subsistema parental haja uma forma de funcionar relativamente distinta, da dinâmica de funcionamento, do sistema familiar mais geral.

O mesmo tipo de raciocínio pode ser feito com relação à análise dos resultados, da comparação de estilo parentais, nas diferentes tipologias familiares. O estilo autoritativo próprio, ao contrário do que seria de esperar, não é só característico das categorias mais equilibradas de família, mas também o é para as tipologias “Extremo” e “Meio-termo”; Relativamente ao estilo autoritário e permissivo, as médias⁵¹ dos indivíduos das três tipologias, embora não se diferenciem significativamente, mostram que os elementos da tipologia familiar “Extremo” são ligeiramente mais autoritários e permissivos que os indivíduos da tipologia “Meio-Termo” e “Moderadamente Equilibrado” e estes últimos são menos adeptos destes estilos que os indivíduos pertencentes à categoria “Meio termo”.

Uma vez mais se aponta a importância destas conclusões para a prática clínica, de trabalho com famílias. É necessário que se estabeleça a que nível se verificam as disfunções de um funcionamento mais extremo/menos equilibrado das famílias e para além disto é importante compreender a extensão dos efeitos destas disfunções; no entanto, como nos mostram os resultados, temos, necessariamente, de considerar que cada sistema familiar é único, na sua estrutura e na sua dinâmica de funcionamento e apesar dos protótipos de família que possam existir para o crescimento harmonioso da criança, a verdade é que cada sistema se equilibra entre dificuldades e recursos próprios. Ainda relativo a estes últimos resultados, não podemos deixar de ressaltar a importância de uma parentalidade coesa, firme e apoiante, apesar da maior ou menor correspondência com a tipologia familiar; no caso específico da adoção, os filhos adotivos, para além de, na generalidade serem crianças carentes, em termos afectivos, são também bastante exigentes do ponto de vista da coesão, da coerência, da firmeza e

⁵¹ Quadro descritivo em anexo

da adaptabilidade dos pais adotivos, uma vez que o sofrimento da perda é algo que lhes é familiar e consciente ou inconscientemente acabam por “exigir” (testando) aos pais um nível funcional de parentalidade muito elevado, como é o caso das amostras em estudo.

VII. Conclusão

A presente investigação permitiu-nos descortinar um pouco mais sobre as vivências familiares e parentais que aproximam e distanciam, famílias adoptantes e famílias biológicas, na realidade portuguesa.

Contudo algumas limitações são reconhecidas neste estudo. A principal, diz respeito à caracterização da amostra, uma vez que a maior parte dos indivíduos residem num meio urbano, têm formação académica ao nível do ensino superior e o nível sócio económico médio-alto/ alto é o mais registado; importaria, pois, ultrapassar estas particularidades, no sentido de se chegar mais perto da representação populacional portuguesa. Relativamente à amostra de “Famílias adoptivas” é de ressaltar a dimensão da mesma, uma vez que nem sempre é fácil aceder à disponibilidade desta população; e se a homogeneidade da sua caracterização foi útil para este estudo, não deixaria de ser interessante procurar reunir diferentes experiências dentro desta tipo de amostra, como são exemplo as adopções internacionais, transraciais, adopções de crianças com necessidades especiais e adopções tardias (de crianças mais velhas).

Sendo este estudo de carácter, maioritariamente, exploratório, algumas questões poderiam ser aprofundadas. Desta forma, fica em aberto caminho para a investigação de hipóteses lançadas no apartado anterior, como sendo, entre outras, a averiguação da maior prevalência do estilo autoritário em famílias adoptivas (relativamente às biológicas); o estudo mais aprofundado das variações dos estilos parentais, aliança parental e tipologia familiar, com base, por exemplo, na análise destas variáveis na família de origem, ou com base na análise de diferenças culturais, étnicas e religiosas; e por fim a análise mais alargada das relações entre as três variáveis, em todas as suas dimensões.

Para além de abrirem caminho a investigação futura, os resultados permitiram tecer algumas considerações sobre a sua pertinência na prática clínica com famílias biológicas e adoptivas e pretendem, de alguma forma, ser úteis ao trabalho técnico e profissional e eventualmente promover uma melhor compreensão das dinâmicas familiares, por parte dos próprios intervenientes.

Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1992). The determinants of parenting behaviour. *Journal of clinical child psychology*, 21(4), 407-412.
- Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24(1), 31-40.
- Alarcão, M. (2006). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra : Quarteto.
- Azevedo, A., & Moura, M. (2000). Outros filhos, os mesmos direitos: estudo sobre a problemática da adoção no distrito do Porto de 1988 a 1997. Porto: C.R.S.S Norte/S.S.R Porto – Serviço de adoções.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Development Psychology Monographs*, 4(1), 1-103.
- Brodzinsky, D., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In Marc H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (10). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brodzinsky, D., & Brodzinsky, A. (1992). The impact of family structure on the adjustment of adopted children. *Child Welfare*, 71 (1), 69-76.
- Chen, X., Dong, Q., & Zhou, H. (1997). Authoritative and authoritarian parenting practices and social and school performance in Chinese children. *International Journal of Behavioural Development*, 21 (4), 855-873.
- Cleary, R. P., & Cookston, J. T. (2003). *Commonalities and differences between mother-father marital and coparenting subsystems*. Poster session presented at APA 111th annual convention, Toronto, Canada.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Diniz, J.S. (2003). A adoção como problema e como resposta. *Cidade Solidária*, 10, 20-23.
- Konold, T., & Abidin, R. (2001). Parenting alliance : A multifactor perspective. *Psychological Assessment*, 8(1), 47-65.
- Lebart, L., Morineau, A., & Piron, M. (1995). *Statistique Exploratoire Multidimensionnelle*. Paris: Dunod.
- Levy –Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Development psychology*, 27(1), 131-140.

Levy-Shiff, R., Zoran, N., & Shulman, S. (1997). International and domestic adoption: Child, parents, and family adjustment. *International Journal of Behavioural Development*, 20, 109-129.

Lisi, A., & Lisi, R. (2007). Perceptions of family relations when mothers and fathers are depicted with different parenting styles. *The Journal of Genetic Psychology*, 168 (4), 425- 442.

Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Marques, I., & Nunes, I. (2007). Projecto Follow-up: Sonhos concretizados e desafios. In Marques, I., *Relatório de estágio no serviço de adopção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: O nascimento da família adoptiva*. Não publicado.

Maynard, P. E., & Olson, D. H. (1987). Circumplex model of family systems: A treatment tool in family counseling. *Journal of Counseling and Development*, 65, 502-504.

Muñoz, I., Rebollo, M., & Fernandez-Molina, M. (2005). Percepción del grado de conflicto en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 17(3), 370-374.

Muñoz, I., Rebollo, M., Fernandez-Molina, M., & Morán, R. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19 (4), 597-602.

O'Brien, M., & Peyton, V. (2002). Parenting attitudes and marital intimacy: A longitudinal analysis. *Journal of Family Psychology*, 16 (2), 118-127.

Olson, D., Portner, J., & Bell, R. Q. (1982; 1992). Faces II: Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales. In D. Olson, H. McCubbin, H. Barnes, A. Larsen, M. Muxen, & M. Wilson (Eds.), *Family inventories* (pp. 5-24). St. Paul: University of Minnesota.

Olson, D. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.

Palácios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development*, 30 (6), 481-487.

Pereira, I. (2007). Crescer em relação: *Estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra.

Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.

Robinson C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices: Development of a new measure. *Psychological reports*, 77, 819-830.

Robinson, C., Mandlco, B., Olsen, S., & Hart, C. (2001). The Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques*: Vol. 3. Instruments & Index (pp. 319-321). Thousand Oaks: Sage. (Cedido pelo autor).

Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Porto: Afrontamento.

Shek, D. (2000). Differences between fathers and mothers in the treatment of, and relationship with, their teenage children: Perceptions of Chinese adolescents. *Adolescence*, 35 (137), 135- 146.

Simões, M.M.R. (1994). *Investigação no âmbito da aferição dos Testes das Matrizes Coloridas de Raven (M.P.C.R.)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra.

Sorkhabi, N. (2005). Applicability of Baumrind's parent typology to collective cultures: Analysis of cultural explanations of parent socialization effects. *International Journal of Behavioural Development*, 29 (6), 552-563.